

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	1

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Bom dia a todas e todos. Bem-vindos.

A sala está cheia hoje, que bom! É assim que a gente consegue avançar: com a participação da sociedade.

Quero agradecer a presença da Deputada Jaqueline Silva, que é a Presidente desta comissão e atualmente ocupa a Terceira Secretaria. Eu, como Vice-Presidente, passo a ocupar temporariamente a Presidência desta comissão.

Portanto, presido hoje esta audiência pública com a participação da Deputada. Registro a presença do Sr. Secretário de Estado e Desenvolvimento Social do Distrito Federal, Luís Ricardo Sousa Guterres e da Sra. Subsecretária Daniella Jinkings, que já se encontram à Mesa.

Convido para compor a Mesa conosco a Sra. Neidiana Adriana Jerônimo da Cunha, representando o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal. Convido para compor a Mesa a Sra. Presidente do Conselho de Entidades e Promoção de Assistência Social, Daise Lourenço Moisés. (Palmas.)

Sob a proteção de Deus, tenho a honra de declarar aberta a presente audiência pública da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, para tratar da eficiência das políticas sociais, contratos e programas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

Destaco que é competência desta comissão atuar com a finalidade de tornar a gestão pública mais eficiente, atendendo aos princípios constitucionais da eficiência, da economicidade e da moralidade. Sendo assim, realizamos esta audiência com a finalidade de debater melhorias na gestão da assistência social e da segurança alimentar do Distrito Federal.

Esta audiência está sendo transmitida ao vivo pelo e-Democracia. O endereço é: edemocracia.cl.leg.df.gov.br. Esta audiência pública também está no canal da Câmara Legislativa do Distrito Federal no YouTube. Lá, as pessoas, além de assistir a esta reunião, vão também poder enviar comentários. Nós pretendemos trazer alguns deles para cá, para a nossa discussão.

Pergunto se a Deputada Jaqueline Silva quer fazer alguma saudação inicial. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Silva.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Bom dia a todos.

Quero agradecer a todos componentes da Mesa, de maneira especial, ao nosso Secretário. Sabemos que S.Exa. chegou há pouco tempo à Secretaria e já se dispôs a estar aqui conosco. Agradeço aqui a presença do senhor e de toda a sua equipe.

De maneira especial, agradeço e parablenizo a participação de todos vocês. Eu considero esta comissão uma das mais importantes desta Casa. Aqui, falamos de

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	2

fiscalização, mas tendo sempre o cuidado de sermos parceiros! Aqui nós não estamos para atrapalhar ninguém! Muito pelo contrário. O que queremos é deixar o processo mais transparente.

Então, eu quero parabenizar a todos por estarem aqui conosco. Se Deus quiser, teremos uma belíssima audiência, com encaminhamentos e bons frutos.

Obrigada, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Obrigado, Deputada Jaqueline Silva.

Nós vamos iniciar esta audiência com a projeção de um vídeo alusivo ao Dia Mundial da Alimentação, que foi em 16 de outubro. Este vídeo foi recomendado por alguns participantes, e vamos assisti-lo juntos, bem brevemente.

(Apresentação de vídeo.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Breve, não?

Bem, vou orientar aqui o andamento da nossa audiência. Teremos inscrições de fala. Teremos também a fala da Mesa. Outros Deputados devem chegar para fazer alguns questionamentos.

O objetivo hoje, tendo em vista o perfil desta comissão, é trazer informações e elucidar dúvidas sobre as políticas e obviamente, a partir disso, fazer sugestões e encaminhamentos.

Então, como vai funcionar? Primeiro, os Deputados vão fazer perguntas à Secretaria, na figura do Secretário e das Subsecretárias. Posteriormente, vamos ter a participação dos conselhos e, em seguida, vamos conferir a palavra aos inscritos. Teremos, ainda, uma pergunta que virá do e-Democracia – a mais votada lá no nosso *site*.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Muito bem.

Então eu vou trazer alguns questionamentos aqui, primeiro ao nosso Secretário, contando com a colaboração das Subsecretárias. Em seguida, a Deputada Jaqueline Silva fará seus questionamentos, bem como algum outro Deputado que se apresentar. Depois, a gente passa a palavra às conselheiras.

Inicialmente, Secretário, quero agradecer a sua presença aqui, mais uma vez. É importante esse diálogo. A gente fez várias atividades no primeiro semestre e em praticamente nenhuma delas o Secretário fez-se presente. Hoje o senhor estar aqui é, de fato, um marco significativo, é sinal de espírito republicano, de disposição em dialogar com a sociedade.

Nós temos inúmeros temas. A gente fez várias perguntas – eu não vou trazer todas para a Mesa –, as quais vou encaminhar posteriormente para que vocês possam,

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	3

àquelas que não forem respondidas aqui, fazer a resposta formal em algum outro documento.

Temos aqui questões relacionadas às parcerias com as organizações. Acho que são importantes – é o primeiro ponto –, porque tem sido uma demanda muito grande a questão dos atrasos nos pagamentos dos processos em si. Depois, sobre a força de trabalho e recursos humanos, algumas perguntas sobre benefícios e também sobre os restaurantes comunitários.

Sobre a parceria com as organizações, a gente sabe que as instituições têm se queixado bastante, e com razão, sobre o atraso nos pagamentos. Há a notícia de que para os meses de outubro, novembro e dezembro não há previsão de pagamento. E aí o que todos aqui provavelmente querem saber é se esses pagamentos serão honrados, em quais prazos e com quais critérios. Esse é o primeiro ponto, relacionado aos pagamentos das instituições conveniadas.

Outro ponto importante diz respeito, como eu falei, à força de trabalho. Como está a perspectiva de preenchimento das vagas da carreira de assistência, do cumprimento do cronograma de nomeações dos concursados?

O terceiro ponto que a gente traz aqui tem a ver com os prazos em que o cidadão consegue agendar um atendimento na rede de assistência social. Qual é o prazo mínimo para que o cidadão consiga agendar? Conforme uma entrevista veiculada anteontem, o agendamento estava acontecendo com prazo acima de seis meses – isso foi divulgado, foi veiculado. O que está sendo feito pela Secretaria para mudar essa situação, que é bem triste, bem desagradável para o cidadão?

Outro ponto é sobre as datas de transferência de pagamento de benefícios, especialmente agora, do DF Sem Miséria. Também não estão acontecendo na mesma data que o Bolsa Família. Se estão atrasando e por que estão atrasando.

Sobre serviços, o que a gente traz aqui tem a ver com o benefício do atendimento aos falecidos. A gente recebeu queixas de que as funerárias não eram adequadas, ou o serviço funeral. O tamanho das urnas funerárias é menor do que o necessário; o tamanho dos caixões não é adequado – há denúncias aqui na Câmara Legislativa. Queremos saber como vocês estão acompanhando isso, que já gera, por si só, constrangimento às famílias.

A própria família seria encarregada de arrumar o familiar que faleceu, em algumas unidades. Disseram que muitas vezes as famílias não têm condições psicológicas de realizar esse serviço, tendo em vista que já se encontram em situação de sofrimento. O que está sendo feito para solucionar esse problema? Como está o acompanhamento da própria Secretaria em relação a esse tipo de serviço? Será que o governo não pode contratar um serviço completo, que preencha todas as etapas após o falecimento do cidadão?

Sobre os restaurantes comunitários, a gente fica satisfeito com o anúncio de que as refeições voltaram a custar de 1 real. Isso é positivo. Até porque muitas pessoas só têm essa refeição no dia, como alimento. Isso foi anunciado já há um tempo, e

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	4

realmente o valor alterado está valendo. A gente foi ao restaurante de Brazlândia, na semana passada, e pôde constatar isso.

Só que a gente tomou conhecimento de que o decreto que reduzia o valor para 1 real foi publicado somente nessa semana, dia 5 de novembro. Isso não vai gerar alguma irregularidade, já que o decreto tem apenas efeitos prospectivos? Os contratos com as empresas que fornecem serviços nas unidades também foram repactuados a partir dessa correção de valor?

Outro ponto sobre os restaurantes comunitários. O Governador Rodrigo Rollemberg tinha lançado, no governo passado, a oferta do café da manhã no Restaurante Comunitário do Sol Nascente. A gente recebeu informações, prestadas pela Secretaria, de que as refeições são servidas apenas no almoço. O que aconteceu? O governo anterior, de fato, descumpriu? O café da manhã foi cancelado ou a Secretaria esqueceu de informar que ainda é ofertado? Em face da situação e da necessidade, as ações do governo deveriam ser para ofertar café da manhã, almoço e jantar em todos os restaurantes? O que está sendo feito em relação a isso?

Outro ponto que trouxemos inclusive para o plenário em algumas oportunidades: o ex-Secretário Eduardo Zaratz tinha afirmado que havia uma possibilidade de retomada da distribuição do pão e do leite. Na época, eu, particularmente, fiquei bem entristecido e preocupado. Na minha visão, isso é um retrocesso. Não significa, para mim, uma política de segurança alimentar, mas uma política que supre uma necessidade, não constituindo, de fato, uma política tanto de assistência quanto de segurança na medida em que ela não é sustentável. Como o senhor enxerga essa possibilidade? Isso realmente está em curso na Secretaria?

Tenho outras perguntas, as quais depois a gente vai encaminhar, como eu falei.

Por fim, analisando o planejamento estratégico do governo, conseguimos identificar algumas metas importantes da Sedes. Contudo, no Anexo 3 do Plano Plurianual parece que há algumas incompatibilidades entre o planejado e as ações previstas. No planejamento estratégico, estão previstas reformas e manutenção de todos os equipamentos, só que no Anexo 3, a meta apresentada para 2020 é de uma unidade atendida, e pouco mais de um milhão. Para reforma de prédios e próprios, estão previstos apenas 50 mil, para 2020. Está prevista também a implantação da cesta verde. Eu gostaria de saber como se dará e qual o valor previsto, pois a gente não conseguiu encontrar a previsão no PPA.

A última pergunta é a seguinte: como o senhor pretende implementar o sistema de biometria e de cadastramento fotográfico dos beneficiários do Bolsa Família? É um projeto ousado – hoje as pessoas mal conseguem agendar e efetivamente fazer o cadastro simples, que é no Cras.

Essas são as perguntas – são muitas! Peço que vocês sejam bem objetivos nas respostas, para termos o maior número possível de esclarecimentos aqui.

SR. RICARDO GUTERRES – Bom dia a todos.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	5

Eu queria saudar em primeiro lugar a Mesa – o Presidente, Deputado Leandro Grass; a Deputada Jaqueline Silva; a Sra. Daisy, que está aqui também; a representante do CAS – Conselho de Assistência Social.

Quero me apresentar para vocês. Meu nome é Ricardo Guterres. Eu assumi a Secretaria há pouco mais de dois meses, uma missão árdua, pois a Secretaria não estava dando o resultado que o Governador estava esperando. Portanto, fui convidado para poder tentar resgatar, o mais rápido possível, a situação da Secretaria, que, como o próprio Governador Ibaneis fala, lida com as pessoas mais vulneráveis, que mais necessitam. Eu não sou técnico – não sou da área de assistência social –, sou gestor, e já passei por outras Secretarias.

Partindo agora para as respostas. Em primeiro lugar, pelo pouco tempo que eu estou à frente da Secretaria, eu fiz questão de trazer comigo, para me acompanhar, os meus Subsecretários que estão há mais tempo e que conhecem os serviços que já estão sendo desenvolvidos, a partir do momento que eu assumi a dinâmica que eu impus à frente da Secretaria.

Quero apresentar a Dra. Daniella Jinkings, que está ao meu lado, Subsecretária da Assistência Social; a Dra. Luciana, Subsecretária de Segurança Alimentar, que está presente; e o meu Subsecretário de Administração e Gestão, Dr. Francisco Soares, que está aqui também. Eles vão me ajudar, porque são tantas informações, que eu não saberia lidar com elas sem consultá-los antes – peço, inclusive, essa permissão, Presidente.

Em relação às OSCs, o que eu posso falar é que, assim que eu cheguei, logo no começo, pediram-me uma audiência. A Dra. Daise esteve lá comigo e me colocou a situação, entre outras, a questão dos atrasos dos repasses. De pronto, já falei para ela que eu estaria ao lado dela, ao lado das OSCs para poder formar uma força junto ao Governador e à Secretaria de Economia, que é hoje a Secretaria que detém os recursos. Inclusive essa conversa depois foi objeto de uma audiência com o próprio Governador. Pelo que sei, surtiu efeito; de imediato, os atrasos já foram sanados. Se houver alguma OSC em atraso – a Daniella pode estar aqui me suprimindo dessa informação – creio que, na próxima semana, no mais tardar – teremos alguns feriados e ponto facultativo –, na segunda quinzena de novembro, todos esses atrasos estarão sanados.

SRA. DANIELLA JINKINGS – A gente está fazendo a gestão junto

SR. RICARDO GUTERRES – É isso. Em relação a pergunta das OSCs sobre os pagamentos, é isso o que eu tenho a dizer.

A outra coisa que eu queria dizer para vocês é o seguinte: a importância desta audiência. Eu não posso falar para trás, porque eu gosto de sempre olhar para frente, eu não gosto de olhar pelo retrovisor. Isso aqui é fundamental para o exercício da democracia e para que funcionem as entidades, a ligação entre o Executivo e o Legislativo só beneficia a população.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	6

Então, Deputado, pode ter certeza de que, enquanto eu estiver à frente da gestão da Secretaria de Desenvolvimento Social, esse canal de comunicação estará sempre aberto, eu vou estar sempre disponível e eu gosto de falar olhando nos olhos de cada um, porque eu acho que a verdade a gente tem que falar, o que dá para fazer a gente faz, o que não dá a gente tenta fazer, e outras coisas infelizmente não são no momento que a gente quer.

Eu gostaria muito de chegar e resolver logo toda a situação, todo o problema porque eu sei o que é passar necessidade, eu sei o que é uma pessoa que está em extrema vulnerabilidade, a fome não espera, a necessidade não espera, mas a gente, às vezes, se sente até incapaz por não conseguir resolver todos os problemas de uma vez só, mas isso é o começo. Espero que Deus me dê forças para conseguir melhorar bastante a situação da assistência social no Distrito Federal.

Em relação ao concurso público, ele vem se arrastando, salvo engano desde 2014 a 2016, um concurso cuja origem é de um Termo de Ajustamento de Conduta. Quando eu cheguei, já tinha havido o concurso, estávamos em fase de eliminação, de preparo de algumas categorias. Hoje o concurso está em dia, nós não estamos em atraso, estamos dentro do prazo legal.

Evidentemente a questão do concurso impacta outra pergunta que está mais na frente, mas que na hora certa eu vou falar, sobre o atendimento dos CRAS – Centro de Referência de Assistência Social. Enfim o atendimento de toda a situação da Secretaria, CRAS, CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social e os outros pontos, o Centro de Convivência. Ontem mesmo eu recebi a Deputada Erika Kokay lá no gabinete; junto com ela estava o Cleyton, o Presidente do Sindicato – já o recebi algumas vezes também – e conversando com ele, nós nos propusemos a ir à Secretaria de Economia, na segunda quinzena de novembro, para fazermos uma agenda conjunta, onde vamos tentar convencer a Secretaria de Economia de que já podemos contratar uma parte dos concorrentes que participaram do concurso, pois essa parte já pode ser contratada. Do curso de formação de que outras categorias precisam, essa categoria não precisa. Então, de imediato, já poderíamos tentar incorporar logo esses servidores. Além disso, o Governador Ibaneis, conversando comigo, colocou como prioridade a contratação dos concursados. Então, uma expectativa nossa é que, no começo do ano, possamos contratá-los, de imediato, para começarem já nas suas funções, que são fundamentais hoje.

Quanto à pergunta que o senhor me fez em relação ao concurso, ela impacta diretamente na questão do agendamento do CadÚnico. O agendamento do CadÚnico é um reflexo da falta de servidor. A Secretaria está com uma defasagem muito grande. Nós temos dificuldades, tanto na área fim, que é a área do atendimento, quanto na área da gestão meio também. Quero parabenizar e saudar os servidores da Secretaria que estão na parte administrativa também, porque nós trabalhamos com muitas dificuldades. Inclusive, há setores lá que só têm um servidor, onde deveria haver, no mínimo, quatro ou cinco. Tem servidor que está dando o suor para não deixar alguns serviços pararem. Creio que, no momento em que a gente contratar esses novos

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	7

servidores, que, em princípio, são 315, mas vamos tentar ver se a gente incorpora, de imediato, todo o restante – estamos vendo essa questão jurídica –, isso vai refletir, diretamente, na dificuldade que está tendo, Presidente, da inscrição e da marcação do atendimento do CadÚnico.

Além disso, nós temos também aí, em andamento, um chamamento para tentar reprimir ou zerar a demanda dos atendimentos. Já há quatro propostas em andamento, Presidente, de organizações de sociedade civil. Vou passar a palavra à Daniella, que está à frente dessa questão, mas o que eu posso dizer é o seguinte: em breve, acredito eu que ainda este ano, talvez, a gente já esteja fazendo esse cadastramento, que, na verdade, é uma medida emergencial

SRA. DANIELLA JINKINGS – Bom dia a todos. Como o Secretário bem falou, a gente está com um processo de chamamento público para contratação de uma organização da sociedade civil para preenchimento do Cadastro Único por meio de um edital que já vem, há muitos anos, por parte da Secretaria, tentar emplacar isso, para dar um gás para a gente, porque, realmente, a falta de servidores impacta diretamente no agendamento do Cadastro Único. Então, a gente contrataria essa OSC para aliviar e fazer com que esse cadastramento seja bem mas ampliado e consiga atender uma demanda bem maior.

Quanto ao processo de apresentação de propostas, o prazo encerrou ontem. Nós recebemos quatro propostas, e agora a comissão vai fazer análise delas. Em breve, a gente deve ter aí já uma OSC. Até o início do ano que vem, a gente já deve ter uma OSC contratada para resolver esse problema. Porque, o que acontece? A capacidade de agendamento do cadastro, o calendário de agendamento depende da quantidade de pessoas que podem atender. Como a gente tem um número muito reduzido, a quantidade de vagas é reduzida, por isso as vagas são muito limitadas. Temos um grupo muito pequeno de pessoas que executam esse cadastramento hoje. Nosso objetivo é justamente reverter isso. No início do ano que vem, já estaremos com esse atendimento bem mais regular e normalizado.

Aproveitando a última pergunta sobre biometria, a biometria está incluída nesse edital. Nosso objetivo é garantir que a gente consiga ter cada vez menos fraudes. Em nenhum momento o objetivo é fazer controle, mas simplesmente evitar fraudes.

O prazo para a apresentação de propostas acabou ontem. Recebemos quatro propostas. A comissão terá trinta dias para fazer a análise dessas propostas. A partir daí, elencaremos quais são os que de fato se adequam ao edital para o processo de contratação. Nosso prazo é, até o início do ano que vem, já ter uma Organização da Sociedade Civil – OSC contratada.

SR. RICARDO GUTERRES – Completando o que a Dra. Daniella acabou de falar, assim que eu assumi, já peguei uma força-tarefa através de um convênio feito entre o Corpo de Bombeiros e a Secretaria, que foi muito importante porque nos deu

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	8

uma agilidade maior e com isso conseguimos fazer em torno de 26 mil cadastros por conta desse convênio com o Corpo de Bombeiros.

O benefício DF sem Miséria, sobre a questão do atraso, o senhor queria saber sobre o benefício, se está sendo... Só um minuto.

SRA. DANIELLA JINKINGS – Nós temos dois benefícios. Temos os benefícios eventuais e temos o DF sem Miséria, que é o complemento do Bolsa-Família. O DF sem Miséria não está em atraso, ele foi pago no mesmo dia que pagamos normalmente. Houve um atraso de horas. Na verdade, ele geralmente sai 8h da manhã, mas nesse dia ele saiu 1h da tarde. Ele está sendo pago regularmente. Quanto aos benefícios eventuais, estamos fazendo uma gestão direta com a Secretaria.

SR. RICARDO GUTERRES – Acho que você pode, inclusive, elencar a questão do auxílio-funeral, porque esse realmente eu não acompanhei ainda.

SRA. DANIELLA JINKINGS – Quanto ao auxílio-funeral, a gente tem dois tipos, que são: em pecúnia e em bens de consumo, que no caso são as urnas funerárias. Quando eu entrei, em maio, a gente já tinha um contrato vigente de urnas, só que no final de maio, início de junho, infelizmente a gente ficou sem a quantidade de uma urna específica em estoque. Então nós fizemos um contrato emergencial para a compra dessas urnas no tamanho correto. Hoje estamos com estoque há pelo menos quatro meses. Estamos com o estoque todo completo e com todos os tamanhos de urnas. Já regularizamos essa situação, não temos mais esse problema.

SR. RICARDO GUTERRES – Só para esclarecer, a Secretaria é uma Secretaria grande, temos mais ou menos 6 mil servidores, entre servidores e comissionados. Então, com dois meses e meio, não temos como saber de todas as situações atualizadas.

Continuando, com relação aos restaurantes comunitários, temos hoje quatorze restaurantes funcionando, de 11h às 14h. Tivemos um grande ganho com o anúncio do Governador Ibaneis, assim que ele visitou o restaurante em Samambaia, determinando de imediato o valor da refeição para 1 real, inclusive foi uma ação que teve retorno imediato. Hoje nós estamos aí com cerca de 50% de aumento da população que se serve dos restaurantes. Isso mostra que foi uma determinação acertada e uma visão social bastante grande.

O senhor falou também em relação ao decreto. Para o decreto, houve realmente uma pequena demora – questão burocrática –, mas não teve prejuízo nenhum porque o efeito do decreto é a partir da data em que a gente implantou o valor de 1 real por refeição. Foi no dia 30 de setembro.

Respondendo logo em relação à questão do café da manhã que alguns equipamentos oferecem, na verdade são dois restaurantes. A ideia é de, no próximo ano, expandir para todos. Só existem dois por conta de dificuldades orçamentárias, mas nós temos o contrato pronto para poder aplicar e implantar o café da manhã em todos os catorze restaurantes. Nós já estamos querendo no começo do ano. Assim que abrir o orçamento, a gente vai tentar implantar logo, inclusive é também uma

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	9

determinação do Governador Ibaneis Rocha. Só para deixar claro aqui, o café da manhã hoje que está no nosso contrato contempla café, pão, leite, manteiga, achocolatado e uma fruta. É um café bem nutritivo.

Eu queria agradecer a presença da Deputada que chegou agora. Tudo bom, Deputada?

Com relação ao Pão e Leite, que é um programa, assim que fui nomeado para ser Secretário, o Governador de imediato pediu para que eu elaborasse um novo projeto. O que aconteceu há alguns anos aqui? Ele hoje não pode ser feito no mesmo formato. Nós estamos desenvolvendo, juntamente com a Secretaria de Agricultura, para conseguir fomentar também toda a cadeia produtiva do leite, com algumas panificadoras. É um projeto no qual ainda estamos trabalhando, mas com certeza vamos implantá-lo no próximo ano. É uma determinação do Governador e acho que tem um impacto social muito grande. É uma meta da Secretaria para o próximo ano implantar o projeto do Pão e Leite.

Em relação ao orçamento, vou pular essa parte e deixar para depois, se V.Exa. me permitir, porque vou logo entrar no assunto da cesta verde. Em relação à cesta verde, quero fazer o anúncio aqui para vocês que amanhã o Governador vai lançar a cesta verde. Há um ato já preparado em Planaltina, perto da feira de lá, já está marcado. Não sei se tive oportunidade de mostrar a vocês, mas a cesta verde é um complemento da cesta seca, é um adicional da cesta básica que hoje já distribuimos, sendo que ela vem com frutas, legumes e verduras. Hoje o custo da cesta verde para o governo sai em torno de 24 reais mais ou menos. Quanto à questão nutricional, não tem nem o que falar, porque afinal de contas está colocando para aquele que já recebe a cesta seca uma diversificação na sua alimentação. Hoje, cerca de 8 mil/mês recebem a cesta seca. Essas pessoas vão imediatamente começar a receber, junto com a cesta seca, a cesta verde.

Depois eu posso lhe passar, Presidente, a composição da cesta, inclusive com valores de nutrição.

Em relação ao orçamento, o senhor fez a pergunta, mas eu anotei aqui só orçamento, mas eu queria que, se o senhor pudesse, esclarecesse mais um pouco qual era a dúvida que o senhor tinha.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – É porque no PPA estão previstas reformas e manutenção de todos equipamentos. Só que no Anexo 3 a meta apresentada para 2020 é de uma unidade só. Então, se pretende de fato fazer tudo nos anos seguintes? E aí um pouco mais de 1 milhão para essa unidade específica. Então, a ideia de vocês é projetar para frente mesmo, contando com as emendas parlamentares. Tudo bem.

SR. RICARDO GUTERRES -- Eu trouxe aqui o meu Subsecretário de Orçamento e de Gestão. Ele pode esclarecer, é o Dr. Francisco. Se puder chegar até lá o microfone... em relação ao orçamento.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	10

Mas antes da palavra dele, eu quero dizer o seguinte: a nossa meta é sim reformar todos os Cras, os Creas e os restaurantes comunitários. Os restaurantes, inclusive, já passaram, não por reformas, mas por adequações, mas no próximo ano a gente quer reformar sim.

Doutor Francisco Soares, por favor.

SR. FRANCISCO SOARES – Bom dia, senhoras e senhores.

Vocês sabem que, quando o governo se manifesta, quando assume compromissos, ele faz isso através de um orçamento público e o orçamento é uma peça que é submetida à aprovação aqui dos Deputados Distritais.

O nosso orçamento para o ano que vem, eu diria para os senhores, traz consigo esses erros históricos de quem planeja. Por exemplo, ano passado a Secretaria realizou alguma coisa como 400 milhões de reais. Eu digo a Secretaria, juntando Trabalho, Direitos Humanos e Secretaria da Mulher.

Este ano nós estamos em vias de realizar alguma coisa perto dos 380 milhões. Para o ano que vem, o que nós temos aí, ainda no âmbito da Lei Orçamentária, que ainda está em fase de emendas, é alguma coisa – dentro da rubrica que a gente diz que é do governo mesmo, a Fonte 100 – perto de 303 milhões. É muito pouco. Nós temos para o Fundo de Assistência Social alguma coisa como 87 milhões e temos para um outro fundo alguma coisa em torno de 60. Isso dá 400 e poucos milhões para três Secretarias: Desenvolvimento Social, Trabalho e Mulher, que a gente sabe que o governo vai separar, mas que ainda não separou e que o Orçamento ainda não reflete essa separação. Esse valor eu coloco incluindo a folha de pagamento, que não inclui a contratação de novos servidores concursados – não inclui.

Então, se a gente realmente quer nomear os novos servidores, que a gente precisa tanto, porque a nossa ponta está paralisando, nós precisamos ter um respaldo orçamentário.

O certo é que, com o Orçamento que está aí em discussão, a Secretaria consegue chegar até agosto, mas como a gente nunca realiza exatamente tudo o que está, a gente fica com uma folga. Mas de agosto para frente só Deus sabe.

Então, é muito importante que todos os nossos Deputados acurem a visão em cima de uma questão porque não existe narrativa sem Orçamento suportando. O discurso pode ser o mais bonito, mas, se eu for lá no Orçamento e não olhar, aí fica difícil.

Por exemplo, nessa questão das reformas dos nossos equipamentos. Nós temos mais de 60 equipamentos. Toda a capacidade de investimento que está prevista no Orçamento é de apenas 200 mil reais. Não reflete a realidade. E como é que a gente não está parando? Porque nós temos um contrato de reforma, um serviço continuado, em torno aí de 6 milhões, que a gente usa para suportar essas necessidades diárias que acontecem nos Cras, nos Creas, nos CECOMs – Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, nos restaurantes. E a gente está se virando.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	11

O dolorido para a gente que mexe com planejamento é que uma peça de ficção, que é o Orçamento, acaba gerando um norte falso para o gestor tomar decisões. O Orçamento diz muito pouco do que é a realidade. Contudo, eu preciso dele porque, se eu não tiver a previsão orçamentária, eu posso ter o financeiro e não posso realizá-lo.

Então, é uma peça de ficção, que reforça a narrativa do governo, é importante para eu poder receber o dinheiro e realizar as necessidades de governo, mas isso não é um pecado só da nossa Secretaria não, nem só do Distrito Federal, é um pecado de toda a União. Infelizmente, a República Brasileira, não trata a questão orçamentária com a responsabilidade e com o rigor técnico que deveria. Isso cria muitas questões, o senhor mesmo colocou, Deputado: "Ah, mas aqui há uma assimetria, aqui você está falando uma coisa e aqui, quando a gente vai no planejamento, não reflete o que está".

É verdade, o Orçamento dá aquele norte, a gente tenta, ao longo do ano, pelo menos garantir que os recursos entrem. Por exemplo, benefícios, por que benefícios de valor tão baixo? Quando a gente vê uma reportagem recente, o governo deve 2 milhões, 3 milhões de benefícios, onerabilidade, para o cara que está ali na extrema necessidade na rua. O governo não tem 2 milhões, 3 milhões para pagar? Tem, mas o planejamento orçamentário feito ano passado falhou e, quando chega agora, eu preciso de gaveta para colocar dinheiro e eu não tenho a gaveta. Eu tenho até o dinheiro, mas não tenho a gaveta.

Então, se o orçamento e o financeiro não andarem juntos, ou eu não vou ter lugar para colocar o dinheiro ou eu não vou ter dinheiro para colocar naquele lugar. É importante isso. Então, assim, atraso pequeno, e está atrasado. Nós estamos agora, com a Secretaria da Economia, tentando resolver a recuperação desse benefício ainda ao longo desse mês, porque a gente padece, não de financeiro, mas de orçamento.

Estamos programando com as OSCs – Organizações da Sociedade Civil mais 6 milhões esse mês, mais 6 milhões ano que vem, para a gente poder fechar o ano. E quando a gente fala aqui das OSCs, atraso é não pagar adiantado. O marco regulatório é *sui generis* nesse caso. Todos os outros fornecedores do contrato para o Distrito Federal prestam serviço, apresentam conta e recebem. No caso das Organizações da Sociedade Civil é diferente. Para a gente estar em dia, eu tenho que pagar antes. O mês anterior, a gente conseguiu, este mês, ainda não. Eu já autorizei alguns pagamentos, mas é autorização prévia, porque ainda não tem o orçamento para ir para o financeiro. A gente autoriza, faz a medição lá, tal, esperando que o governo coloque o orçamento e o financeiro.

Realmente, é uma luta, mas faz parte. Se fosse para ter facilidade, a gente não estava aqui, não é Deputado? (Risos).

Espero ter respondido. Não sei se o Secretário queria alguma complementação.

SR. RICARDO GUTIERREZ – Obrigado, Francisco.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	12

Só para concluir, Deputado. A gente sabe, a gente tem convicção de que o serviço precisa melhorar muito, está deficitário. Nós, que estamos conduzindo a Secretaria... Todo dia, quando entro no meu gabinete e sento na cadeira, tenho essa consciência, mas, tenho certeza de que, nos dois meses e meio em que estou à frente da Secretaria... Não eu, a equipe, porque ninguém faz nada sozinho, eu sou apenas um condutor, um maestro, mas a sinfonia tem que tocar toda afinada. Nós temos deficiências e muitas, como eu já falei, mas eu acho que, com essas discussões, a gente tem muito a evoluir.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Obrigado, Secretário.

Eu creio que a maioria dos temas aqui foi contemplada. Só para firmar alguns registros que o senhor mesmo trouxe.

Então, até a segunda quinzena de novembro, os atrasos serão quitados. Lembrando que isso também não contempla... mas está assumido aqui que até a segunda quinzena, até o fim da primeira quinzena, os atrasos serão quitados.

A outra questão aqui que acho importante é que vão chamar 315, pelo que está previsto do último concurso.

Outra questão importante tem a ver com o contrato com a OSC para suprir o CAD.

Então, até o início de 2020, início a gente pode considerar até março?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Janeiro já deve ter finalizado todo o processo. Perfeito.

Por fim, o café da manhã, contrato pronto até o início de 2020. Sobre a política do pão e leite, eu vou manter minha visão aqui de que o Governador deve retornar, voltar atrás, em relação a essa ideia, porque, na minha visão, é catastrófica. A gente teve experiências anteriores muito ruins, acho difícil qualificar uma política como essa. Tem vários outros instrumentos de gestão, várias outras formas de você garantir a segurança alimentar. O Brasil inteiro tem experiências municipais e estaduais que poderiam ser replicadas, inspiradoras da nossa política aqui.

Então, lembra-me muito o passado isso aqui. Lembra-me muito o início que não se tinha a noção do que era assistência social, do que era segurança alimentar, aquela visão populista, bem assistencialista. Particularmente eu acho um equívoco e fica aqui a nossa sugestão de o Sr. Governador rever essa proposta.

Bom, agradeço, senti-me bem contemplado aqui com as respostas, creio que as pessoas também estavam aguardando aqui alguns indicativos. Logo em breve as nossas conselheiras vão poder também ponderar.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	13

A Deputada Jaqueline Silva faria as perguntas, mas a consultei e gentilmente S.Exa. cede aqui seu espaço para que a Deputada Arlete Sampaio possa fazer os seus apontamentos. Peço para V.Exa. ficar aqui, porque a gente está transmitindo ao vivo.

Registro a presença da Deputada Arlete Sampaio, agradeço também por estar aqui conosco.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Primeiro, eu quero dizer que coloquei na LDO uma emenda para a contratação dos servidores e vamos também intervir tanto no PPA quanto na lei orçamentária para que isso se reflita, para que se tenha condições de contratar os servidores. E ainda são poucos, pois vai precisar muito mais do que isso na Secretaria hoje.

Segundo, também registro a minha opinião. Eu acho um atraso a gente pensar em retomar o Programa Pão e Leite. Isso é uma coisa que já aconteceu na Secretaria e foi uma fonte de corrupção extrema. Eu fui Secretária de Estado e no momento em que a gente constatou, a partir de auditorias feitas pela Secretaria de Cultura e a pela Secretaria de Desenvolvimento Social, a quantidade de corrupção que tinha nesse programa, a solução que a gente encontrou na época, foi dar o DF Sem Miséria, colocando um valor a mais junto com o Bolsa Família para que as pessoas pudessem adquirir o seu café da manhã, conforme o seu gosto. Tive o Sindicato dos Padeiros reclamando, porque se comprava pão de apenas algumas padarias. E hoje não, hoje as pessoas vão lá e compram o pão na padaria que quiserem, na esquina etc.

Eu acho que é um equívoco e é um atraso. Realmente é uma coisa do passado, devia ter superado isso mesmo. É uma coisa que permite uma série de relações promíscuas com os produtores e também com os usuários. A gente descobriu tanta irregularidade que não vou aqui contar agora, porque não dá tempo. Mas eu queria também reafirmar minha posição acerca desse programa.

E, terceiro, eu estranho, Sr. Secretário, que não tenha sido feito o edital para a realização da Conferência de Assistência Social. Eu acho que seria um espaço importante para que houvesse a participação de todos os servidores, dos usuários, dos trabalhadores, para que pudesse discutir de fato a política de assistência social em Brasília, para que a gente pudesse retomar com mais engajamento de todos a realização dessas políticas. Eu acho que quando as pessoas participam o seu engajamento é muito maior do que simplesmente receberem as medidas sem participação.

Então, eu queria pedir ao Sr. Secretário para rever essa posição e realizar a Conferência de Assistência Social este ano ainda.

É isso, muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Sr. Secretário, quer aguardar a palavra da Deputada Jaqueline Silva e já contemplada os questionamentos da Deputada Arlete Sampaio? (Pausa.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	14

Com a palavra a Deputada Jaqueline Silva.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Obrigada, Sr. Presidente. Eu só tenho duas perguntas, Sr. Secretário, eu sei que tem várias pessoas que querem fazer diversas perguntas. Mas eu quero primeiro começar aqui parabenizando o Sr. Secretário, a gente havia aprovado o Requerimento de Informação nº 508, de 2019, solicitando uma série de informações e o Sr. Secretário fez um detalhamento com muita clareza.

Eu quero agradecer a V.Exa. por esse trabalho, quero agradecer também, pois eu tenho um hábito de caminhar muito e de provocar muito que as Secretarias se movimentem, trabalhem, e assim que eu fiquei sabendo que houve uma mudança, eu tive a oportunidade de estar com o Sr. Secretário, que me recepcionou, tivemos a oportunidade de fazer ali algumas conversas, algumas discussões. E eu posso afirmar, eu acho que são secretários com posturas como essa que podem de fato mudar a nossa realidade e trazer melhorias.

Então, eu quero parabenizar V.Exa. Senti nisso, saí de lá com outros sentimentos, confesso que as minhas idas anteriores àquela Secretaria não foram idas que eu saí muito animada, e eu quero parabenizar V.Exa. por aquela recepção. Senti naquele momento que V.Exa. realmente vem com gás, você está disposto, você quer realmente fazer um trabalho diferenciado. Eu quero te parabenizar também pela coragem de assumir esta pasta, que é complicada.

Eu posso falar disso com muita clareza, eu estou em uma cidade satélite, Santa Maria, que tem o Porto Rico. Logo mais à frente, a gente tem um trabalho muito de base, Estrutural, Sol Nascente. A gente vive essa realidade, Secretário. O que eu posso te assegurar é que não tem sido fácil, tem sido muito difícil. Foi passado um vídeo, eu estava falando com a Daise, sobre a fome, as pessoas estão no Distrito Federal, na capital do nosso País, Deputada Arlete Sampaio, passando fome e isso é muito ruim.

Em contrapartida, eu acho que também vale a pena e queria colocar como sugestão que o senhor, toda equipe, a Secretaria, pudesse avaliar. Eu tenho uma preocupação muito grande com todas as entidades conveniadas, sejam elas dentro da Secretaria de Desenvolvimento Social, sejam elas dentro da Secretaria de Educação. Eu tenho assumido muito um compromisso forte de tentar ajudar, coloco meu mandato à disposição, estava aqui falando com a Daise, quero sentar depois e entender um pouco mais, eu quero contribuir porque eu acho importante.

Eu já quero colocar como proposta, Secretário, que o senhor venha a se preocupar porque cada informação que eu tenho me assusta. Assusta saber que hoje a contrapartida diária de uma criança, de uma entidade conveniada é pouco mais de 10 reais, a gente está falando dia. A gente está falando em pouco mais de 300 reais mês. Aí eu quero dizer que eu parabenizo todas as entidades que têm coragem de fazer um trabalho e de encarar isso. Eu tiro o meu chapéu e eu vou dizer mais, vocês são guerreiros! E tenho certeza absoluta que estão ainda sobrevivendo porque vocês têm que buscar outras formas de trabalho.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	15

Por isso, Secretário, eu queria muito me colocar à disposição. Eu tenho certeza que não só eu, mas o Deputado Leandro Grass, a Deputada Arlete Sampaio, esta Casa está à disposição. Eu acho que o que falta muito na Secretaria de Desenvolvimento é isso, é usar a força que esta Casa tem para um diálogo maior junto ao governo.

Hoje eu faço parte também da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças desta Casa e eu queria que a gente pudesse estudar... Por exemplo, agora há pouco eu estava falando com a Daise, a gente tem lutado muito – começaram a aparecer as plaquinhas, Secretário, isso é bom, e tem muita placa importante. Eu acho que esse debate é maravilhoso e uma coisa a gente não pode deixar de reconhecer: o Secretário está aqui para nos ouvir, esse é o primeiro gesto de quem quer fazer a diferença.

Então, Secretário, eu me coloco à disposição, eu tenho certeza que esta Casa está pronta para ajuda-lo, mas a gente precisa encontrar os gargalos e buscar uma forma de resolver. É necessário que a gente faça isso. Mais uma vez eu quero me colocar à disposição, dizer a todos vocês mais uma vez – podem abaixar aí, daqui a pouco vocês vão ter a oportunidade até te falar –, que eu sou solidária ao trabalho de vocês, eu sou solidária porque eu cheguei nesta Casa depois de quatro eleições, cheguei aqui lutando muito e a minha realidade é uma realidade que muitos de vocês conhecem e vivem na pele, é uma realidade de já ter passado fome. E só sabe o que as pessoas passam quem já viveu por isso, quem já viveu, quem já passou necessidade do básico, sabe o que representa cada trabalho que vocês fazem. É por isso que eu compartilho com vocês desse sentimento.

Enfim, eu tive a oportunidade de falar com o Secretário, fazer algumas ponderações e eu quero ser bem em breve. Existem dois contratos emergenciais, Secretário, vigentes que preveem a entrega e distribuição de 8 mil cestas emergenciais. Cada cesta sai para o DF, R\$144,77 (cento e quarenta e quatro reais e setenta e sete centavos) e a entrega sai no valor de R\$14,73 (quatorze reais e setenta e três centavos).

A gente está falando de um gasto do contrato de R\$15.695.880,00 (quinze milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, oitocentos e oitenta reais) e estamos falando também de R\$1.357.440,00 (um milhão, trezentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e quarenta reais) para entrega.

Eu pergunto: é um contrato emergencial, não se justifica que seja feita uma contratação emergencial porque até para compra da cesta e para o transporte as administrações hoje, as cidades, as RAs, têm condição de transportar e fazer toda essa gestão? Eu queria saber do senhor se há uma licitação em andamento para que essas cestas possam ser compradas de uma forma mais eficiente e de uma forma que seja mais em conta para o Distrito Federal.

Eu tenho certeza absoluta de que, se a gente tivesse condição de fazer essas compras aqui, localmente – o Distrito Federal tem condição, sim, nós temos condições de fazer essas compras aqui –, isso teria todo um reflexo para os empresários locais.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	16

Eu também não tenho dúvida nenhuma de que, se não fossem contratos emergenciais, a gente teria condição de abaixar bem esse valor.

Eu conversei com o senhor, e o senhor explicou para mim que tem todo um processo anterior, mas eu quero saber se, de agora em diante, já existe um estudo, se o senhor tem pensado numa forma de a gente poder resolver melhor isso, tanto acerca do valor quanto acerca dessa entrega.

Gente, é inadmissível que uma pessoa vá até um equipamento público pedir uma cesta básica e tenha que esperar mais de dois, três meses. Vai passar fome, Secretário! Tem passado fome!

Eu me envergonho, hoje, de ser uma representante. Eu peço muito que o senhor compreenda que a nossa posição neste Parlamento é de falar por todas as pessoas que aqui não estão. Eu peço que vocês nos compreendam e entendam que não estamos aqui para atrapalhar e para prejudicar. Mas a gente tem que falar o que o povo está sentindo lá na ponta. E é inadmissível que uma pessoa precise de uma cesta básica e que essa cesta básica, além de custar um valor muito alto para o Estado, demore tanto para ser entregue.

Então, eu queria saber se, por sua parte, o senhor já tem providenciado algo, se existe alguma logística, se existe alguma coisa que vocês têm feito para mudar tudo isso.

Tem também o programa, tenho ouvido falar muito do DF Sem Miséria, que dispõe de um robusto orçamento, pois, segundo dados apontados pela própria Secretaria, de maio de 2018, foram investidos 95 milhões de reais. Como sabemos que esse benefício é pago a famílias que passam por situações de extrema vulnerabilidade, sabemos das dificuldades de fiscalização em relação aos benefícios do programa, porque não há limitação de utilização desse recurso recebido para compra exclusiva de produtos genéricos alimentícios. Hoje não tem como a gente se certificar de que esse auxílio é só para comprar a alimentação.

Estudos realizados com famílias beneficiárias do Bolsa Família em diversas regiões do Brasil identificam a alimentação como prioridade. Então, acredito que esse é um benefício que tem isso como meta principal. Nesse sentido, eu mesma apresentei o Projeto de Lei nº 508, de 2019, que altera a Lei nº 4.737, de 2011, limitando essa utilização do recurso advindo do programa DF Sem Miséria em estabelecimentos que comercializem gêneros alimentícios.

A nossa proposta, Secretário – e depois a gente quer saber um pouco o que o senhor acha dela; eu tive oportunidade de conversar um pouquinho com o senhor – seria fazer um processo muito parecido com o que pudemos entregar aqui com o Cartão Material Escolar. Em vez de ter uma licitação pela qual chegava um *kit* escolar superfaturado de péssima qualidade para os nossos alunos, demos a possibilidade de o aluno usar esse cartão para ir até uma papelaria e comprar o material escolar escolhido por ele. Com isso, deu-se a esse aluno a dignidade de ele fazer escolha, e deram-se condições àqueles comerciantes locais de fazerem as vendas.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	17

A nossa proposta seria fazer um projeto parecido quanto à alimentação. Inclusive, ouvi falar em pão e leite. A Deputada Arlete Sampaio colocou muito bem sua preocupação com fiscalização, senão daqui a pouco o negócio vira, ao invés de ser positivo, passa a ser negativo. A nossa proposta seria poder juntar isso tudo e fazer esses credenciamentos para que eles tenham esse valor, sim, garantido, inclusive se houver outras condições, mas que possamos credenciar os estabelecimentos locais para fazer essas vendas.

Eu queria fazer essas duas perguntas ao senhor: o que o senhor acha dessa proposta acerca do nosso projeto de lei apresentado? É claro, nós temos trabalhado, vamos discutir um pouco mais, vamos pensar um pouco mais, vamos melhorar um pouco mais, mas vamos entender que isso tem todo um reflexo positivo. Além disso, eu queria saber do senhor sobre a questão das cestas básicas. Isso é algo que tem nos preocupado, que tem nos consumido, tanto pela demora como também pelo valor dos contratos emergenciais, que é bem alto.

Quero pedir ao senhor que use esta Casa, que nos use no sentido de mudar essa realidade. A gente precisa dar mais dignidade para essas pessoas que fazem belíssimos trabalhos. Mais uma vez quero dar os parabéns ao senhor por ter aceitado esse grande desafio. Que o senhor possa ter força e coragem para fazer um belíssimo trabalho. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Concedo a palavra ao Sr. Secretário Luís Ricardo Sousa Guterres.

SR. LUÍS RICARDO SOUSA GUTERRES – Deputada Jaqueline Silva, primeiro eu quero lhe parabenizar porque o seu discurso é muito semelhante, tem muito a ver com o que eu penso. Inclusive, nós já estamos desenvolvendo... Primeiro, a gente precisa modernizar as coisas. A senhora falou das cestas e falou do DF Sem Miséria. Realmente, o governo passa o auxílio, e a gente não sabe o que o cidadão faz com esse dinheiro. Penso eu que, não só as cestas, como o DF Sem Miséria, a gente precisa pensar, e já estamos pensando.

Em primeiro lugar, a senhora mesma esteve lá no gabinete e me sugeriu a questão de a gente envolver o comércio local, aproveitando aquelas pessoas que podem, de uma maneira ou de outra, ser fornecedores do Governo do Distrito Federal, para incrementar a economia aqui no Distrito Federal.

Já tive algumas reuniões, inclusive, para tratar da possibilidade de a gente implantar os cartões como forma de segurança, questão que a própria Deputada Arlete Sampaio expôs aqui, dos desvios e da forma errada de ser usado.

Estamos ainda em evolução, mas com certeza a sua colaboração e a sua sugestão vão ser muito bem-vindas porque eu acho que a senhora está certíssima. Concordo plenamente, e vai exatamente na mesma direção a que eu estou tentando conduzir daqui para frente.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	18

Lógico que não é fácil nem rápido, mas a gente vai precisar da Câmara Legislativa, também, para fazer essas discussões, porque é uma mudança de mentalidade, e a gente precisa modernizar isso realmente.

Com relação à entrega da cesta básica, eu acho que no futuro a gente pode pensar em creditar o valor de uma cesta no cartão para que aquele cidadão. Esse cidadão, de uma forma muito mais digna – como vai estar lá o limite do valor de uma cesta –, vai comprar em qualquer ponto onde seja mais fácil e onde ele já tenha o contato da comunidade. Estamos ainda em fase de planejamento, mas vamos evoluir.

Em relação ao valor da cesta básica, que a senhora colocou, realmente, quando eu cheguei, já existia um contrato emergencial. Agora, o valor da cesta básica... O contrato... Está havendo um processo licitatório não emergencial, mas regular. A Dra. Luciana, que é a minha Subsecretária de Segurança Alimentar e Nutricional, está acompanhando isso bem de perto e pode até colaborar com algumas informações mais específicas. Mas o que eu posso dizer é o seguinte: o preço é o do pregão. A gente tem que respeitar o pregão eletrônico com o menor preço. Mas ela pode dar mais informações técnicas brevemente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Concedo a palavra à Sra. Luciana Carvalho Dias.

SRA. LUCIANA CARVALHO DIAS – Hoje nós estamos finalizando um contrato regular de cestas. Inclusive alguns assessores da sua equipe foram à minha Secretaria conversar sobre as opções que nós temos para fomentar o comércio do Distrito Federal, porque muitas empresas consomem em outros estados, e a gente também tem a intenção de fomentar aqui. Mas o contrato emergencial já estava em andamento e nós fizemos outra licitação.

Esse processo emergencial começou junto com o novo contrato de licitação. É um contrato de aquisição de bens, então, todos os anos nós temos que fazer uma nova licitação. Não é uma licitação cujo contrato é renovado. Então, para o ano que vem, nós iniciaremos essa licitação regular e vamos sentar para fazer um novo termo de referência tentando atender todas essas demandas e fomentar a economia local. Os processos levam tempo, e há uma democracia.

Graças a Deus, estamos terminando essa Cesta Emergencial agora, dia 6 de dezembro. Nós estamos com as entregas estão em dia. Não há mais atraso de Cesta Emergencial. A Cesta Emergencial não é uma coisa contínua. A pessoa não faz uma vez o cadastro e recebe todos os meses. Acho que muita gente confunde isso. A pessoa tem que ir ao Cras novamente e mostrar que realmente a sua vida não melhorou e que ela continua precisando daquele benefício.

Então, muitas vezes, esse processo burocrático, por não ser tão bem compreendido pela população e por não ser um benefício continuado – no qual a pessoa precisa renovar a solicitação –, isso acaba gerando confusão. As cestas estão sendo entregues em dia. Nós agora estamos fazendo um trabalho junto aos catadores.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	19

Quer dizer, a Secretaria está sempre pensando em melhorar esse tipo de ação. Toda contribuição é bem-vinda, como foi feito pela sua equipe, àquela época.

Ricardo, a gente pode sentar novamente com a equipe, que deu sugestões muito pertinentes à economia do Distrito Federal. Podemos rever isso para o próximo ano.

A Cesta Verde é realmente um complemento nutricional que, graças a Deus, conseguimos efetivar, com parceria da Secretaria de Agricultura. Amanhã, vamos fazer o lançamento desse programa importantíssimo. Na terça-feira, as famílias já vão começar a receber em conjunto a Cesta Seca e a Cesta Verde.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Silva.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Doutora, eu queria só fazer uma rápida colocação.

Primeiro, eu queria dizer que o processo das cestas já começa de maneira desumana no Cras. Estou falando da minha região, que conheço. As pessoas têm que madrugar para conseguir passar pelo Cras. Entendemos hoje as deficiências e é por isso que a gente vê as necessidades. O Deputado Fábio Felix até estava aqui agora há pouco. S.Exa. e o Deputado Leandro Grass são defensores desse pleito. Vemos a deficiência hoje do número de servidores. Então, começa dentro desse processo. Acho que cabe aqui uma ressalva para que todos vocês estejam realmente imbuídos em resolver isso, porque passa a ser desumano, começa ali.

A senhora falou que a licitação está em curso. Tendo em vista que ela não é emergencial, a senhora está estudando a nossa sugestão de fazê-la por lotes?

O que acontece hoje? Por que um empresário de fora ganha a licitação? É um lote todo alto, e os empresários daqui acabam não tendo condições de participar. Quero só saber da senhora se vocês pensaram isso no estudo que passamos, que foi de fazer não só um lote, ver o quanto a gente poderia dividir.

SRA. LUCIANA CARVALHO DIAS – Na verdade, quando a sua equipe foi na Secretaria, eles fizeram duas visitas, nós sentamos em conjunto e até pensamos juntos como poderia ser feito. A sugestão dos lotes, inclusive, foi minha, realmente para fomentar a economia do Distrito Federal só que já havia processos em curso, em andamento. O que me deixa mais tranquila é que esse processo de contratação de cestas é anual. A gente tem a possibilidade de fazer um novo processo licitatório já no próximo ano.

SR. RICARDO GUTERRES – Na verdade, nesta licitação, já são dois lotes. Um deles privilegia a economia local.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Vamos ser mais objetivos para podermos passar para as inscrições, que são várias.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	20

A Deputada Arlete Sampaio perguntou sobre a conferência. Solicito que vocês respondam de forma bem objetiva.

SR. RICARDO GUTERRES – Sobre a conferência, prefiro que a Dra. Daniella, Subsecretária de Assistência Social, se manifeste.

SRA. DANIELLA JINKINGS – Bom, estamos agora no final do processo. A conferência seria agora, nos dias 20 e 21. Estamos tentando fazer. Infelizmente, realmente, não conseguimos a contratação da empresa. Estamos vendo, junto à procuradoria, o que podemos fazer. Estamos sugerindo ao Cras, inclusive, outros meios de realizarmos essa conferência. Tentar fazer isso de uma forma que a Secretaria, junto com outros órgãos do governo, consiga fazer essa conferência acontecer sem, infelizmente, um contrato.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Bom, a gente tem já uma pergunta aqui do e-Democracia. Já vou lançar para poder ser respondida junto com a que está na inscrição. Tem uma aqui sobre o serviço especializado para pessoas com deficiência. Por que está sendo levado para o Centro-Dia? Acho que tinha uma placa inclusive aqui no sentido de alertar que deficiência não é doença, e que as crianças, as pessoas com deficiência, devam ser tratadas na assistência pelo vínculo da assistência, não pelo vínculo da saúde. Então, é importante que isso também seja esclarecido. Tenho uma pergunta aqui da Adriana Trancoso, pelo e-Democracia.

Bom, eu vou conferir aqui a palavra. Tem um grupo de mães que pediu para falar, não é isso? Que precisam sair, se não me engano. É que não chegou a inscrição aqui para gente ainda. Então, enquanto não se formaliza, vou passar aqui a palavra à nossa conselheira, primeiramente, a Daise, que representa as entidades de promoção da assistência social.

Quero registrar a presença, também, do Deputado Fábio Félix. Se quiser fazer uso da palavra também após a Daise.

Concedo a palavra à Sra. Daise Lourenço Moisés.

SRA. DAISE LOURENÇO MOISÉS – Bom dia a todos. Preocupa-me muito, Secretário. Primeiro, eu queria agradecer aqui ao Deputado Leandro e à Deputada Jaqueline por essa oportunidade de estarmos aqui e de trazer as nossas angústias, os nossos medos e as nossas inseguranças. Realmente acho que a oportunidade é essa de a gente, a sociedade civil, o Estado e o Legislativo, tentar achar uma situação que possa melhorar todos os nossos percalços, não só ainda neste ano como para 2020.

O Chicão falou que, no ano passado, o Orçamento que foi aprovado para 2019 não foi suficiente para 2019, mas vocês fizeram o mesmo erro para 2020. O ano de 2020 começou da mesma maneira ou pior do que 2019. Pior! Então, o erro se repete e, pelo que a gente... Como eu já fui Presidente do Conselho de Assistência e Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças do Conselho, eu fui ontem pegar o material para tentar até trazer aqui. Eu falei: eu não vou levar porque isso é repeteco!

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	21

Nós temos uma série histórica desde 2016 em que o orçamento é sempre passado inferior, por isso esse desespero que nós passamos de ficar com o pires na mão o ano inteiro pedindo orçamento para a gente superar as necessidades de hoje da Assistência Social. E pasmem! No orçamento que o Conselho de Assistência aprova, ele prevê as atividades que já estão sendo executadas, o reajuste – não vou dizer reajuste –, a variação inflacionária que deveria ser dada para o outro ano, os aumentos de meta, a implementação de serviços. E nada se faz! Nada se faz porque nós não temos orçamento! Nós temos serviços de convivências que têm que ser implementados no Sol Nascente, no Porto Rico, na Fercal. Na Estrutural, tem instituição fechando as portas. E não se faz, não se coloca o serviço porque não se tem orçamento.

Então, eu queria só fazer minha fala em dois tópicos, acho que superimportantes.

Primeiro, a Deputada me perguntou quanto é que se ganha do Estado para uma criança ou um adolescente no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, que é o serviço mais em conta que se tem para o Estado. Nós ganhamos 10 e alguma coisa por dia por menino. Todo ano, no marco regulatório, Chicão e Secretário, está previsto que tem que se pagar a variação inflacionária de um ano. E aí o que acontece? As instituições é que têm que provocar. A gente provoca. A gente provoca, o processo não anda e, quando a gente vai ligar para receber esse dinheiro, tem que dizer o seguinte: “Ah, mas não pode pagar retroativo porque a procuradoria não permite”. Isso tem que ser colocado como rotina da Secretaria.

A Portaria nº 212 é de 1º de agosto. Em agosto, já tem de soltar outra portaria, independente de se eu vou provocar ou não. Eu só vou ganhar se eu provocar, mas a portaria tem de ser imediatamente editada e publicada, porque, por exemplo, quem ganhou o reajuste de agosto do ano passado já tinha direito a esse agosto. E não vou receber porque se eu dei entrada em agosto, o processo não andou, está parado lá na SUBSAS – SubSecretaria de Assistência Social, eu vou ser sincera, ainda tive de escutar do funcionário que não vou receber, só se eu dar entrada de novo, porque o índice que está feito está errado e eu não sei onde está errado, mas ainda demora trinta dias porque, dentro do prazo, ele tem trinta dias.

Tem outro problema: se não foi empenhado este ano, ninguém recebe. O que eu quero colocar é que tem que ser rotina da Secretaria. Passou a Portaria, saiu a nº 212 em 1º de agosto, em 1º de agosto tem que sair outra portaria, senão nós vamos esbarrar na bendita da procuradoria que diz que não pode pagar o retroativo. Esse é um ponto.

O outro ponto que eu acho que resolve todos os problemas que nós temos é o orçamento. Nós estamos brigando no final de orçamento para finalizar 2019. O Chicão bem falou que precisamos de 12 milhões que não temos. Para 2020, nós estamos precisando de um extrateto de 67 milhões, se não me falha a memória.

Nós não podemos continuar no mesmo inferno de todo ano. A gente já recebe pouco, passamos por um estresse todo mês procurando o orçamento, Secretário. A

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	22

minha proposta é a seguinte e queria realmente o apoio de todos os Parlamentares: o orçamento tem que ser aprovado na Câmara Legislativa, não tem? O governo não faz nada, o Executivo não trabalha se o orçamento não tiver aprovado. A proposta é não aprovar o orçamento enquanto não tivermos um orçamento digno para assistência social e para a educação. (Palmas.) Fazemos um conjunto: aos Parlamentares que estiverem realmente envolvidos com a causa social, nós temos de nos unir – Parlamentares e sociedade civil – para brigarmos por esse orçamento mais digno. Não podem ser os 67 milhões, tudo bem, vamos negociar com as Secretarias, com a sociedade civil, com os conselhos para chegarmos pelo menos a um denominador mais justo e mais igualitário.

Era isso que eu gostaria de dizer.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – A Daise foi muito feliz aqui. O Orçamento de 2020 é um copia e cola do Orçamento de 2019 praticamente. Se há falhas no de 2019, por que não corrigiram para o de 2020? Não corrigiram. Então, mantêm-se os mesmos problemas, mantêm-se as mesmas falhas.

É importante que haja essa intersetorialidade com a Fazenda, agora Secretaria de Economia, meio a Paulo Guedes, não é, para alinhar mesmo. A gente não pode depender de emenda parlamentar. Das nossas emendas, fizemos um orçamento participativo. A maioria da demanda foi de assistência e vai ser o nosso maior aporte, inclusive de projetos para vocês poderem executar os recursos que colocarmos lá.

É preciso que tenha esse diálogo. Deve ter um colegiado dos Secretários. De fato, o burocrata que está sentado ali, o técnico do orçamento, não sabe o que é o dia de uma entidade, não sabe o que se passa na vida de vocês e na vida das nossas crianças e adolescentes, o que é um Cras e um Creas.

Eu até sugeri para o Secretário anterior porque a gente tinha feito vários encontros – acredito que o senhor já esteja prevendo isso – de entrar no sistema, sair do gabinete mesmo e andar nas entidades, nos Cras e nos Creas, as Subsecretárias e Subsecretários fazem bastante isso. O corpo gestor de primeiro escalão também precisa ter esse contato mais direto com a vida das pessoas para poder sensibilizar mesmo e ter uma visão mais concreta do que significa o serviço.

O Deputado Fábio Felix deseja fazer uso da palavra.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – É muito rápido. Eu estava acompanhando três audiências simultâneas. Na verdade, eu estava numa reunião interna da CPI do Femicídio, que também é uma pauta importante da Casa e depois dei uma passadinha aqui. A gente está resolvendo um monte de coisa esta manhã. A Dona Daise também tinha me avisado para vir.

Saúdo a Mesa, a Presidente, a Deputada Jaqueline Silva, o Vice-Presidente Deputado Leandro Grass, que é o Presidente hoje – S.Exa. e a Deputada Jaqueline Silva comandam a Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle –

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	23

e toda a Mesa, o Secretário, a equipe, a Sra. Daise, do Cepas, que está participando aqui desse processo.

A gente tem acompanhado muito a assistência social, sabe que todas as políticas públicas que sofrem um processo de desmonte estrutural têm uma ressaca imensa e vários desdobramentos caem sobre a gestão que as assume. A responsabilidade maior fica sobre os gestores que agora assumem essa política pública.

O primeiro passo é a gente reconhecer que há um desmonte estrutural na assistência. Desde pelo menos dois governos anteriores não há investimentos suficientes, os investimentos não são um problema só dos gestores que estão na pasta da assistência, porque há gestores, às vezes, dedicados, secretárias executivas, secretárias de assistência que tentaram fazer as mediações. O problema é quando os governantes, os governadores não dão prioridade para a política de assistência social.

Então há equipes técnicas, Subsecretárias, Subsecretários... a D. Daise já circulou muito na Secretaria da Assistência Social. Ela e o Sr. Valdemar sabem que as pessoas tecnicamente são competentes, querem fazer – a Marlene que está aqui – esforçam-se para fazer. As equipe técnicas se dedicam, mas o gestor, o governo não assume aquilo como prioridade e ninguém vai fazer milagre. Sem orçamento ninguém faz milagre, sem as condições objetivas de trabalho e administração, ninguém faz milagre na assistência social.

Então, o que a D. Daise traz como provocação para cá hoje é um desafio enorme para nós. O desafio é pressionar o Governo do Distrito Federal, porque é insuficiente pressionar o Secretário, devemos pressionar o Governo do Distrito Federal em torno da disputa do fundo público, da disputa do orçamento.

O orçamento precisa mostrar que a prioridade é a assistência social no DF. A gente precisa arrumar a Casa no orçamento do Distrito Federal, e a Secretaria tem que trabalhar para ter as condições de executar o orçamento. Não adianta o Deputado Leandro Grass designar o maior aporte dele para assistência social se esse aporte voltar no ano que vem e não for executado e o Deputado ter que, por meio de um projeto de lei, no meio do ano, mudar para outra Secretaria, porque não tem condições de executar...

Então, tem que fazer essa arrumação administrativa. Acho que nós precisamos, Deputada Jaqueline Silva e Deputado Leandro Grass, de uma reunião com o orçamento, de pactuação com o Relator do orçamento, que é o Deputado Agaciel Maia. É urgente essa pactuação, porque o Deputado tem uma margem... Como fazer uma emenda de Relator? Estamos aprendendo aqui. Somos três Deputados novatos nesta Casa, estamos aprendendo, mas sabemos que S.Exa. tem uma margem, como Relator, para poder fazer um aporte, uma suplementação para a assistência social, não só para garantir as atividades complementares que as entidades executam, mas também para garantir a nomeação no concurso público. Não dá para trabalhar os Creas e os Cras nas condições em que estão trabalhando hoje as unidades de acolhimento institucional.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	24

Então é muito urgente essa questão, também coloco o nosso mandato à disposição. A gente tem se dedicado muito a pensar a assistência social, é urgente esse debate. Eu acho que podemos também fazer uma comissão de parlamentares suprapartidária para conversar com o Governador, porque acho que isso merece uma pauta com o Governador. Independentemente da posição ideológica, nós já tivemos, no Distrito Federal, governos de direita e de esquerda que se dedicaram à assistência social e melhoraram a assistência social.

Então acho que nós temos de fazer uma reunião suprapartidária, de vários Deputados, com o Governador para apresentar as demandas e reforçar as demandas que a própria Secretaria já tem mandado para o Governo do Distrito Federal. O Deputado Leandro Grass e a Deputada Jaqueline Silva podem liderar isso, chamar o Bispo Renato Andrade, que é o Secretário de Relações Parlamentares para fazer o pleito por essa reunião.

Eu acho que tem que ser uma pauta única: assistência social no Distrito Federal. Nós precisamos fazer um pacto pela assistência. Esse pacto envolve o orçamento e as condições administrativas para a execução do orçamento, porque vai ter emenda parlamentar. Se tiver orçamento, a emenda parlamentar o reforça, mas ele precisa ter as condições de ser executado. Isso é o mais importante para chegar à ponta.

Eu só quero demonstrar por último, Deputado, todo mundo que está nos ouvindo aqui, cada um e cada uma que veio aqui para reforçar a mobilização em torno dessa pauta. Nós precisamos destravar os benefícios, que são algo muito urgente, a população urge. Eu sei que a Secretaria tem se dedicado a isso, mas é muito urgente destravar o benefício emergencial, assim cinco meses...

E a nossa preocupação com a democracia, democracia no sentido de que a gente instituiu todos os debates feitos em torno da assistência social, como em outras políticas públicas, e onde eles acontecem? Nas conferências, elas são instrumentos de participação que conquistamos, porque são parte da democracia. Essa organização das conferências veio como desdobramento lá da Constituição de 1988, que é uma conquista nossa.

Então, precisamos tentar arrumar um jeito e condições objetivas para fazer a conferência de assistência social. A gente não pode seguir o péssimo exemplo nacional que está desmontando os conselhos e a participação social no Brasil para replicar aqui. Até aqui eu posso dizer que o Governador tem preservado os conselhos. O CDCA, o Conselho dos Direitos Humanos tem nomeado, enviou agora uma proposta, Deputado Leandro Grass, que estamos avaliando na Comissão de Assuntos Sociais, do CONDISP – o Conselho Distrital de Segurança Pública para regulamentar... Mais do que os conselhos, a gente precisa de uma demonstração de que a gente quer ouvir a população fazendo acontecer a conferência de assistência social. Eu acho que também é um passo importante. Eu deixo esse apelo para vocês aqui, no meio de tantas atividades, deixo, com a sociedade civil que está aqui, o compromisso do nosso mandato com esse combate. Obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	25

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Obrigado, Deputado Fábio Felix. Excelente encaminhamento. Inclusive, vamos incluir, aqui, esse comitê suprapartidário formado por membros desta comissão e de outras e tendo a conferência como pauta da próxima reunião. É bem triste que a gente ainda não tenha avançado no sentido de realizar a conferência, de formalizar e de ter recursos para tal. A Câmara Legislativa se coloca ao lado de vocês para realizar essa conferência. Obrigado, Deputado Fábio Felix.

Vou passar a palavra, na sequência à Neidiana Adriana. Sr. Ricardo, o senhor gostaria de fazer uso da palavra sobre a conferência?

Concedo a palavra ao Sr. Luís Ricardo Sousa Guterres.

SR. LUÍS RICARDO SOUSA GUTERRES – Sobre a conferência, assim que eu cheguei na Secretaria, o conselho tinha acabado de ser instituído. Talvez, a Adriana possa me corrigir. O conselho foi instituído em maio e a convocação para conferência foi em julho. Uma conferência onde você precisa fazer um processo licitatório para estartar, onde houve várias situações que não foram culpa da Secretaria, apesar de a estrutura da Secretaria estar defasada, mas a gente tem que respeitar prazos para licitação e a gente tem que precificar. Houve alguns erros, não somente da Secretaria, mas também por parte do próprio conselho.

A primeira coisa que eu falei para a presidente Natália foi: eu tenho todo o interesse em fazer a conferência, mas já está em cima da hora e vamos apressar o máximo possível. Mas, por questões de trâmites internos e de legislação que engessa demais, a conferência, primeiro estava estimada no valor de 600 milhões, salvo engano, mas existia a estimativa de gasto de 650 mil, desculpa. Eu me confundi. Mas, por questões de precificação, esse valor caiu para 180 mil. É um valor que ficou inviável de se fazer, porque nenhuma empresa se propôs a fazer um evento desse porte por esse valor.

Vou passar a palavra para o Francisco para ele explicar melhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Eu gostaria que ele pudesse explicar bem objetivamente, porque esse assunto já foi tratado na fala anterior.

SR. LUÍS RICARDO SOUSA GUTERRES – Eu quero deixar claro o seguinte: primeiro, existem outras opções de a gente fazer essa conferência, inclusive com o apoio da Câmara Legislativa, com estrutura, com local e outras coisas. Estamos praticamente em cima... A gente pode tentar buscar um formato. Agora, fazer de forma emergencial é muito temeroso, inclusive nós temos parecer de que não dá para ser feito. O Francisco vai se manifestar rapidamente como funcionou. Por favor, Francisco.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Não sou Presidente da Câmara Legislativa, mas a Câmara está à disposição para fazer a conferência aqui.

Concedo a palavra ao Sr. Francisco.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	26

SR. FRANCISCO – A gente tinha programado 600 mil reais para o evento com quinhentos participantes. A regra de contratação regular é um processo licitatório. Ele começa na precificação. Inacreditavelmente, nenhuma empresa privada quis colocar uma proposta, ou seja, proposta zero. Aí, a gente teve de se socorrer com os preços públicos que chegaram a 180 mil. O jurídico não considerou satisfatórios os valores apresentados pelos preços públicos. Inclusive, alguns, sequer, preencheram requisitos de, pelo menos, três níveis diferentes de preços.

Então, o jurídico não aceitou a precificação. Isso significa o que para o processo? Nós reinsistimos. Fomos ao mercado e conversamos com oito promotores de eventos e, desses oito, três reconsideraram a questão e apresentaram proposta. Isso fez o preço subir um pouquinho mais, em torno de 260 mil reais.

Ocorre que, no período em que a gente melhorou a precificação, o nosso pregoeiro pediu exoneração em caráter irrevogável, irretroatável e inegociável. Perdemos.

Quando a gente contratou, em tempo recorde, um novo pregoeiro veio a questão do *token*. Ele pode ser nomeado, mas, ainda, o Serpro não o autorizou a fazer e a conduzir processo licitatório. Então, a gente entrou em um novo hiato.

Fazendo a conta de trás para frente, que é o que se faz em qualquer produto, eu trago para cá e faço uma conta invertida. Então, não haveria mais tempo hábil para se fazer o processo regular. Optou-se pelo emergencial. Há um decreto do governo, de 2013, que define os critérios para contratação emergencial.

O nosso jurídico e a Procuradoria Geral do Distrito Federal são, *a priori*, contra. Então, realmente, criou-se toda essa questão que impede a contratação regular, infelizmente, mesmo a gente tendo dinheiro provisional.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Eu acho que esse exemplo do pregoeiro, que o senhor trouxe, é o típico caso do que tem acontecido muito neste governo, que é a dança das cadeiras, e a descontinuidade das ações do governo que prejudicam os processos de forma absurda. Isso é um sinal para o governo.

Acompanhamos o *Diário Oficial* todos os dias e é tanta mudança administrativa, tanta troca, tanta mudança e tanto tira daqui e bota para lá.

Eu não sei se isso tem a ver com as forças políticas da cidade que não estão se entendendo, não sei se tem a ver com influência dos Deputados da Casa, os Deputados Federais e Senadores, mas é muito nocivo para a política pública. Então, isso também tem que ser resolvido.

Precisamos da política pública tendo continuidade. Uma simples troca de pregoeiro compromete uma conferência. Então, isso é grave.

De qualquer forma, acho que isso é importante sinalizar, porque, em outras situações, acontece da mesma maneira.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	27

Concedo a palavra a Sra. Neidiana Adriana Jerônimo da Cunha, do Conselho de Assistência Social e, em seguida, temos as inscrições da Patrícia e do Valdemar.

Há uma pergunta que eu já ia ler, mas se você preferir, fique à vontade.

SRA. NEIDIANA ADRIANA JERÔNIMO DA CUNHA – Bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria de parabenizar o Presidente e a Vice-Presidente pela convocação desta audiência pública.

Eu acho que é muito importante a gente debater em espaços públicos a situação da assistência social no DF.

Como representante do Conselho de Assistência Social, eu iria começar pela conferência, mas eu acho que teremos um longo debate a respeito disso. Então, eu vou falar da trajetória desses últimos meses do Conselho de Assistência Social na luta pela política de assistência no DF.

Nós começamos a funcionar em maio de 2019. Então, pelo tempo que eu conheço e me entendo por gente na assistência, nunca um Conselho de Assistência Social ficou sem funcionar com troca de governo da forma como ficou o conselho hoje, extremamente abandonado, inclusive para atender as demandas das instituições que necessitam e que requerem de processos de inscrição para obter o certificado para executar as suas ações.

Segundo, foi um debate incansável com o primeiro gestor da pasta sobre a necessidade de termos uma secretaria executiva que pudesse funcionar da forma como precisa, para garantir o funcionamento do conselho como um todo.

Então, essa nossa batalha, na verdade, vem desde o ano passado com uma série de coisas que aconteceram desde a posse da sociedade civil, e aí eu posso falar disso com mais propriedade.

Na gestão do Ricardo, então Secretário, realmente houve um diálogo muito maior com a sociedade civil e com o conselho como um todo para que as coisas pudessem funcionar e pudessem ser implementadas a fim de que a política pudesse ser executada. No entanto, a gente esbarra numa série de situações que foram aqui pontuadas. Nós esbarramos na questão de poucos servidores na própria Secretaria, nas unidades. Nós esbarramos na questão orçamentária, que é uma situação gritante há muito tempo. A Sra. Daise trouxe aqui essa histórica situação de que vem um orçamento que não é suficiente. A Secretaria apresenta para o Conselho de Assistência Social e diz assim: "Conselho, nós precisamos, para executar política hoje no DF, de 167 milhões".

O Conselho corrobora, porque sabe da necessidade, porque fiscaliza, porque acompanha o orçamento, no entanto, a Secretaria de Economia disponibiliza para a gente um teto de 87 milhões. E aí a gente tem uma defasagem de praticamente 50% do orçamento para ser executado.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	28

Assim, vamos nós, como conselheiros do Conselho de Assistência Social, de pires na mão, à Câmara Legislativa, falar com os Parlamentares para reverem e nos apoiarem nessa proposta orçamentária.

Para além disso, nós estamos lá batendo à porta da Secretaria de Economia constantemente, dizendo: "Nós precisamos de orçamento. Isso que você nos colocou de teto orçamentário não dá conta de executar a política de assistência". Sabem o que a gente ouve da Secretaria de Economia? E isso não é de agora: "Vocês têm orçamento no fundo de assistência social e vocês não executam. Por que a gente tem que liberar mais orçamento para vocês?". Aí, o que acontece? Alguns dos nossos orçamentos do Fundo de Assistência Social são carimbados; como eles são carimbados, eles não são executados por uma série de regulamentação.

Dessa forma, ficamos nessa bola de neve. Precisamos; sabemos da necessidade de um orçamento maior; batemos à porta da Secretaria de Economia, que diz para nós que não executamos. Nós temos que entender que, por trás de processos existem pessoas – pessoas com os seus direitos violados; pessoas vulneráveis, com suas demandas emergentes – e nós ficamos aqui discutindo, rodando com o pires na mão e pedindo orçamento para poder executar.

Nós novamente vamos à fala da D. Daise. Hoje estamos com o orçamento já defasado, porque nós já temos liquidado, se não me engano, 63 milhões. Nós temos uma liberação de 112 milhões e temos empenhados 83 milhões. Oitenta e três milhões são exatamente o teto que eles deram para a Secretaria para o exercício de 2020. Nós estamos com o mesmo discurso! Ou seja, a partir de junho do ano que vem, vamos nós novamente bater à porta da Secretaria de Economia, vir até os Parlamentares, implorar por uma ajuda para poder ter suplementação no orçamento de assistência, de maneira que possamos executá-la com mais dignidade.

Nós temos que entender que a assistência é um direito, gente! Não é política de governo. Não entra governo e sai governo, e aí a gente faz as coisas conforme o governo acha que deve ser feito. Política pública é direito, é constitucional. Nós temos que garantir isso para a população, e não ficar todo ano mendigando recurso para executar.

As instituições conseguem, com muita dificuldade, executar os atendimentos na ponta. E as unidades, como ficam? Elas não conseguem executar. A pessoa fica enfrentando fila para poder pedir um benefício eventual, que, até então, estava demorando cinco meses.

Nesta semana, a gente teve uma notícia. O Secretário não comentou, mas a gente, reunido anteontem na Secretaria, ficou sabendo que a Secretaria de Economia iria disponibilizar a suplementação para pagar a rede conveniada e os benefícios eventuais. A essa altura do campeonato? Em novembro? E quem estava precisando lá em junho? Morreu de fome, está dormindo no relento... A população em situação de rua precisava daquele auxílio-aluguel para poder sair da situação de rua, e está voltando para a situação de rua.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	29

Então, nós temos um descaso com a política como um todo e um retrocesso das coisas que não avançam. Isso tudo em virtude de quê? Política de governo. Aí a gente sai de política pública de Estado. O direito de todos deve ser garantido pelo Estado, com as instituições arregaçando a manga para poder executar e atender os meninos lá na ponta, atender as pessoas que necessitam lá na ponta, com as unidades extremamente defasadas, e ainda a justificativa, numa das nossas reuniões na nossa comissão que trata de orçamento, de que os benefícios não eram executados ou estavam com dificuldade para serem executados porque demoram mais ou menos dois meses para chegar lá na Suag para fazer o empenho. Isso em função de não haver um sistema informatizado para compilar uma planilha com a outra, para saber quais foram as parcelas que a pessoa que precisa recebeu ou não.

Gente, isso é crítico. Nós já salientamos isso; conversamos com a Secretaria, com a Subsecretária Daniella, que nos trouxe essa informação numa das reuniões do Conselho; colocamos como encaminhamento pedir para a parte de comunicação, ou de informática da Secretaria para informatizar essa questão no sistema, e nós estamos no aguardo.

Então, hoje, a nossa luta é muito intensa para efetivação dessa política pública aqui no DF. E aí, quando nós esbarramos na conferência, que é um processo democrático onde as pessoas têm direito a voz e voto para dizer do que ela precisa lá na ponta, para dizer do que ela necessita e como está a situação lá na ponta, nós temos um processo inviabilizado.

É uma questão legal. O Conselho, nas suas atribuições, de dois em dois anos, tem que realizar a conferência do Distrito Federal. Esse ano, conforme trouxeram o Secretário e a Subsecretária, se formos realizar, vai ser na base de outro jeito – que não o processo legal de ter um contrato assinado. Isso, gente, não é porque não tem orçamento. O orçamento está posto, ele está disponível, e nós não vamos executar esse orçamento simplesmente por uma questão legal.

Essa questão legal em que o Conselho de Assistência Social colocou essa TR em julho, como trouxe o Secretário na sua informação, foi encaminhada do Conselho para a Secretaria, e essa TR não saiu até então, culminando no desligamento desse servidor que pediu exoneração quando inviabilizou, pela sua demissão/exoneração, a realização da nossa conferência.

Para o Conselho isso é uma perda muito grande; para a política de assistência, isso é uma perda muito grande, porque inviabiliza a gente discutir o que está bom, o que não está bom e o que precisa ser melhorado. Como é que nós vamos fazer isso agora? Depois, nós vamos nos sentar – Daniella, o Secretário e a Natália, nossa presidente, por quem aguardamos voltar – para verificar quais serão os meios para realizarmos essa conferência, porque, pela TR, licitação não vai ter jeito; emergencial, que era uma segunda proposta da Secretaria, também não vai ter jeito. Então, novamente a gente esbarra nesta situação: a gente está falando de política de governo ou de política de Estado?

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	30

Só para reflexão, nós estamos pensando lá na ponta, nas pessoas que precisam? Uma colega ali do meio tinha levantado uma plaquinha: "E se fosse o seu filho que estivesse passando fome?". E se fosse você que tivesse que morar na rua, porque o seu auxílio-aluguel não saiu, se o seu auxílio-vulnerabilidade não tivesse saído para poder contemplar o seu aluguel?

Então, eu deixo aqui os meus questionamentos.

Quero parabenizar o Sr. Ricardo, que tem conversado muito com o Conselho de Assistência Social para a gente viabilizar uma série de coisas.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Isso é importante.

Obrigada, Adriana.

Com a palavra a Deputada Jaqueline Silva para uma saudação.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sr. Presidente, eu gostaria de informar a todos que eu tenho agora outro compromisso – na verdade, já estou atrasada em alguns minutos –, e por isso tenho que sair, mas eu só queria fazer um registro e parabenizar por esta audiência. Acho que foi uma belíssima discussão. Vamos fazer mais. Eu estava até falando, aqui, com o nosso Presidente, a proposta é a gente fazer aqui um conselho e ver aquilo que é possível a gente somar. Parabenizo o Secretário, toda a equipe aqui presente pela participação. Nós estamos aqui à disposição.

Obrigada, Presidente. Obrigada a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Obrigado, Deputada Jaqueline Silva.

Vou fazer uma sequência aqui, agora, com a participação da comunidade: primeiro, a Patrícia, representando o Grupo da Fraternidade; em seguida, o Valdemar Martins, da Casa de Ismael; depois o Ícaro; e o Coracy, que tinha mandado a pergunta pelo e-Democracia, mas vai fazê-la presencialmente. Solicito aos participantes que, de forma objetiva, façam suas colocações, depois a gente vai devolver a palavra à Secretaria para que os Secretários e Secretárias possam concluir, para que depois a gente faça os encaminhamentos.

SRA. PATRÍCIA ANDREAZZI – Vou falar rapidinho, por conta do tempo. Primeiramente, agradeço à Mesa por essa iniciativa, agradeço à Deputada Jaqueline Silva, que concedeu ao CEPAS – Conselho de Entidades de Promoção e Assistência Social o assento, que é muito importante.

A minha fala é bem simples. As organizações da sociedade civil são braço forte e mão amiga do Estado; o que nós fazemos não é favor nem obrigação, é amor, é um ato de amor e de responsabilidade com o beneficiário da política pública que está prevista em lei. Enquanto o Estado tem que cumprir a lei, nós não. Nós cumprimos apenas o compromisso de amor e queremos deixar claro que estamos nos cansando. A instituição que eu presido tem 52 anos de atividade. Na época, a parceria começou

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	31

com a Fundação do Serviço Social, com a minha mãe à presidência. E eu já estou me cansando, porque é uma luta incessante para garantir ao Estado o compromisso que é dele.

Nós estamos perdendo benefícios, nós já perdemos a subvenção da CEB, já perdemos a subvenção da Caesb, já perdemos o benefício da cessão, da doação do pão e do leite, que pode não representar muito para vocês, mas representa muito para as nossas instituições, quase perdemos a CEBAS – Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social na Área de Educação lá no Senado Federal, quando da reforma da previdência, o que foi uma luta muito grande para as nossas instituições.

A minha fala aqui é só essa. O braço forte, a mão amiga do Estado somos nós: organizações da sociedade civil. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Com a palavra, Sr. Valdemar, representante da Casa de Ismael.

VALDEMAR MARTINS – Sr. Presidente, na sua pessoa, eu quero cumprimentar toda a Mesa e nossos colegas de luta. Eu vou dividir minha fala em dois tópicos. O primeiro, uma verdade; o segundo, uma patinação eterna.

A verdade é que eu ouvi de Daniella, ainda há pouco, que nós podemos morrer tranquilos, porque você tem caixão no estoque. Então, hoje, nós saímos daqui sossegados.

A patinação é a conversa de sempre: a Patrícia está dizendo que nós perdemos a isenção da água, da luz, do pão, e eu peço ao senhor, Secretário, que retorne com a isenção da conta de água, de luz e de telefone, é uma ajuda significativa, a minha instituição paga 12 mil reais de água. Retorne com isso, por favor. (Palmas.)

As demais são políticas por que a gente luta no dia a dia, e eu estou falando aqui em nome dos invisíveis, porque o Estatuto da Criança diz que eu tenho que dar uma assistência durante seis meses para um adolescente que é desligado da instituição. Quem me paga esse valor? Ninguém.

A Deputada Jaqueline Silva ficou impressionada com a Daise fazendo serviço por 10 reais por dia. Eu estou fazendo de graça. O senhor não me paga nada por isso, mas não é o senhor que tem de pagar, não, porque nós ouvimos de um colega do senhor, de Secretaria, essa semana: “Não venha fazer pedido de dinheiro aqui, porque eu não tenho dinheiro, não. Quem tem dinheiro é o Secretário de Fazenda”. Ele é que tem dinheiro, não é o senhor que tem, mas o senhor tem política, mas nós não temos política para egresso, nós não temos política para o adolescente drogadito, nós não temos política para o adolescente infrator, e estamos atendendo esse pessoal junto com crianças pequenas, isso é um perigo para mim e para o senhor.

Já pensou se acontece uma tragédia dentro da minha instituição? Como é que é a imprensa vai noticiar no dia seguinte? Vai vender jornal para danar. Nós não temos uma política nesse sentido, é preciso que isso seja elaborado. A Daise gosta muito de falar de orçamento, aproveita a fala da Daise, e vamos incluir no orçamento política

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	32

para egresso, nós precisamos fazer. Só pode ter lá uma república, mas nós já fizemos o cálculo daquele valor que o senhor dá ali, duvido que tenha alguma instituição que pega uma república para poder administrar com aquele valor que está ali. Não tem como, não tem como!

Então, a minha fala era só essa. Obrigado, Daniella, por me dar a tranquilidade de morrer hoje porque tem caixão. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Sr. Valdemar Martins, muito obrigado.

Agora passo a palavra ao Sr. Ícaro. (Pausa.)

SR. ÍCARO – Bom dia, eu vim aqui hoje na qualidade de Conselheiro do Conselho de Assistência, junto com a Adriana.

Na verdade, eu vim aqui só para fazer um apontamento. Ouvi muitas falas, e eu queria falar mais nessa questão da conferência. O Sr. Secretário fez uma pontuação, e eu queria me valer muito da fala dele. Ele entrou agora, realmente tem dois meses, ele não acompanhou todo esse histórico e, como ele falou, ele é gestor, ele não estava dentro da assistência antes disso.

Mas uma coisa que foi falada aqui me deixou muito preocupado, que é a questão da responsabilidade da não realização da conferência. A Adriana falou dessa questão do TR ter sido apresentado em julho, mas, a bem da verdade, até onde eu me lembro, foi apresentado em dezembro do ano passado. Em dezembro do ano passado, a gente já tinha um local reservado, já tinha um processo em andamento.

E aí, com a troca de governo, com toda a mudança, isso se perdeu, a gente perdeu o lugar, e aí nisso teve que se fazer um novo TR. O conselho ter ficado fechado por cinco meses também atrapalhou muito isso, mas não foi por culpa do conselho, porque foi o governo que não nomeou os conselheiros do governo e o governo que tinha a Presidência do conselho. Então, quem tinha a legitimidade para convocar o conselho era o governo, e isso tudo se enrolou, não foi por causa do conselho.

E aí eu fico muito triste de essa culpa ser compartilhada com o conselho, que não tem responsabilidade alguma sobre isso. Ele fez tudo o que pôde. Sempre que foi demandado, no momento seguinte, ele realizou a tarefa que tinha que fazer. Saiu em julho o novo TR? Saiu, porque cinco meses de conselho parado é muita coisa para resolver. Tem orçamento, tem processo para resolver, e a gente estava sem Secretaria. A própria Secretaria para tocar o conselho, a gente teve que fazer a gente mesmo como conselheiro, pois não tinha alguém para fazer. Depois, eu acho que foi na segunda reunião, tinha uma Secretária, e essa Secretária sozinha tinha que resolver tudo.

Enfim, não tinha como o conselho funcionar direito. E me entristece muito essa culpa da não realização da conferência ser repassada também para o conselho, que, no fim das contas, não tem responsabilidade alguma por essa falha.

Era só isso, obrigado. (Palmas.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	33

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Obrigado, Ícaro.

E para finalizar, passo a palavra ao Vice-Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, Sr. Coracy Coelho Chavante.

SR. CORACY COELHO CHAVANTE – Bom dia a todos e todas, estava acompanhando a audiência pela internet e ouvi algumas falas e queria fazer algumas colocações rápidas.

A primeira é falar da questão do concurso público. E aí eu tenho uma pergunta, porque a gente estava olhando o PPA – Plano Plurianual, e de fato tem uma previsão de contratação em 2020, mas em 2021 não tem previsão. E nos outros anos também não tem previsão de contratação. E a gente sabe que esse déficit é muito alto. O déficit de servidores.

E aí fica de fato uma fala crítica ao governo, porque o governo tem negligenciado a assistência social no Distrito Federal. Brasília é a quarta capital mais desigual do país e a décima sexta do mundo. A gente tem situações extremamente críticas, foram citadas aqui pelos colegas, e a gente precisa colocar a assistência social como uma prioridade, como uma política que é importante e que impacta nas várias outras políticas, na saúde, na educação, então, a centralidade, a importância da assistência social não tem tido atenção nesse governo.

A prova disso, e aí eu queria fazer uma outra pergunta, ainda falando de pessoal, e pessoal é importante, Daise, porque algumas entidades estão tendo lá a recomendação de glosa da sua meta de atendimento, porque ela não tem o suporte do Cras para fazer o referenciamento, para executar o PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, para fazer o acompanhamento da família. Então, além do serviço que ela já tem que executar, ela ainda é sobrecarregada com outras atribuições que eram tarefas do Paif. Para fazer esse acompanhamento do serviço de convivência e dos outros serviços, é preciso ter uma equipe técnica de servidores para fazer isso.

Além da fragilidade das entidades – foram questões que você bem colocou –, a gente tem a fragilidade da política como um todo de estruturação. Então, eu queria perguntar: por que não tem? E perguntar também por que até hoje o Cras da Estrutural não tem gerente nomeado. Está há onze meses sem gerente nomeado, e várias outras unidades também.

A gente teve uma discussão no Conselho dos Direitos justamente porque chegou uma denúncia grave, de quase caso de óbito de adolescente em unidade, porque estava faltando servidor. A promessa do Secretário naquela época... Ele esteve lá presente, foi nomear em breve, mas até hoje a gente não tem a nomeação. Em algumas unidades houve nomeação, e isso faz bastante diferença porque é quem dá a direção. É a mesma coisa de falar que a Câmara Legislativa não vai ter presidência, não vai ter direção. Isso é muito importante.

Com relação às entidades, eu acrescentaria o que a Daise traz. Hoje a gente tem uma realidade na Secretaria, de os mesmos serviços terem valores distintos, o

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	34

que é um absurdo. A gente fica muito preocupado com a legalidade. E tem uma lógica de criminalização dos usuários, que eu acho extremamente equivocada.

A gente tem ouvido muita reclamação de pessoas perdendo a transferência de renda por conta dessa lógica de fiscalização. De um lado se fala muito de fiscalização dos recursos, e de outro não há suporte, não há estrutura para de fato fazer um acompanhamento justo. É a mesma coisa nas organizações, onde há essa desigualdade dos valores dos mesmos serviços. A gente precisa entender isso. Eu fico preocupado em saber onde está o princípio da isonomia. Como o mesmo serviço tem valores distintos?

E temos todas as colocações dos reajustes. Reforçando a minha pergunta, na Estrutural especificamente, a gente teve a situação do fechamento do Lixão. Na época a gente pactuou várias coisas, uma delas era a ampliação das vagas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. A gente teve a ampliação, mas no final do ano a gente teve a redução de 300 vagas. É uma coisa que preocupa porque o OCA – Orçamento destinado a Crianças e Adolescentes, esse orçamento não pode ser contingenciado. Essas vagas não foram recompostas.

A gente tem tido, historicamente, o aumento do trabalho infantil no DF. Quer dizer, há o aumento de uma série de situações porque o governo não tem priorizado a assistência social. Aí vem a crise do orçamento, a gente já falou disso, e todo ano é a mesma coisa. Olhar com esse olhar para os próximos anos, então. Concurso público não tem previsão nos outros anos, só tem previsão no próximo ano de contratação. O PPA – Plano Plurianual precisa contemplar essa previsão.

Esses reajustes e a ampliação dos serviços da assistência também são superimportantes, eu acho que a gente não pode negligenciar. E a nomeação da gerência das unidades, a organização dessas unidades. Muitas vezes os trâmites são superdemorados, e a justificativa é essa. A gente sabe que de fato é uma justificativa superimportante, mas a gente deixa essa colocação inclusive com esse olhar sobre o Orçamento da Criança e Adolescente, desses recursos não serem contingenciados e terem uma fiscalização e um controle.

A última coisa em relação a essa questão dos alimentos, da cesta de alimentos, é importante resgatar que isso é emergencial. A gente já tem a política de transferência, então me parece um equívoco transformar a cesta básica em uma transferência de renda de novo, em um cartão, porque o que a pessoa precisa é emergencial. A lógica era: a pessoa foi atendida, a equipe técnica identificou que tem uma demanda, já disponibiliza a cesta para aquela pessoa e supre aquela necessidade que é emergencial. Eu acho que criar mais uma transferência, na verdade o que a gente precisa é trabalhar na perspectiva de autonomia dos usuários. A transferência de renda já assegura isso. A gente tem uma política reconhecida mundialmente como eficiente e importante, de referência de transferência de renda, de assistência social.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	35

Inclusive, com o que se fala sobre o CPF – Conselho, Plano e Fundo, a gente precisa fortalecer e assegurar esses recursos para ter uma política pública eficiente e dar direitos, assegurar direitos para toda essa população.

Quero agradecer ao Deputado, à comissão. Eu acho muito importante esse acompanhamento, esse controle e as diversas ações que têm sido desenvolvidas aqui na Câmara nesse sentido de assegurar os direitos e as políticas sociais.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Obrigado, Coracy.

Fizemos uma discussão esta semana ainda, se não me engano, sobre o Fundo dos Direitos da Crianças e do Adolescente, junto com o Deputado Fábio Felix, e eu apresentei uma informação, vou lembrá-la. A gente está com uma proposta de emenda à Lei Orgânica aqui na casa, de minha autoria, para fixar o Orçamento da Criança e do Adolescente com o orçamento positivo. Ou seja, o governo não pode deixar de gastar, ele não pode contingenciar. Essa proposta está na CCJ e espero que a gente consiga aprovar em plenário tão logo.

Temos aqui mais duas últimas participações: Adna Pires, da Casa Azul, e também a Deputada Telma Rufino. Seja bem-vinda!

Para lembrar, eu trouxe uma pergunta do e-Democracia, para que a gente possa responder na conclusão, Secretário, que diz respeito a esse encaminhamento das pessoas com deficiência para o Centro-Dia. Acho que é importante esclarecer para os nossos presentes.

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Desculpem, eu não vim interromper a reunião de vocês. Eu só vim porque fiquei sabendo que o Secretário estava aqui e para ver como está a situação do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, do Areal e Água Quente. Esse povo vem a minha porta cobrando, e não é brincadeira. O colega acabou de falar que a falta de gerente também está terrível. Eu sou base do governo e acho que a Câmara é a que mais sofre com essas cobranças. Porque eles virem falar é uma coisa, mas ouvir da população é outra. Então, realmente, eu queria que desse uma atenção mais do que especial para isso.

Quando a barriga está vazia, Secretário, ninguém espera. Morre de fome. Se não formos nós e o Executivo, principalmente, pegar e ajudar essa população... Esse problema não vem acontecendo só neste governo, é do governo passado. O problema da assistência social está terrível mesmo. Eu gostaria que desse uma atenção especial para essa população do Areal e principalmente de Água Quente, que engloba Arniqueira, e tem outras cidades. Nem preciso falar, porque já temos os colegas da Casa, e cada um vai cobrando. Essa situação é séria mesmo.

Fiquei sabendo que V.Exa. estava na Casa e eu desci realmente para ajudar a reforçar o pedido da população. Era isso que eu tinha a dizer. Seja bem-vindo.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	36

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Concedo a palavra a Sra. Adna Pires.

SRA. ADNA PIRES – Bom dia, galera. Tudo bem? Meu nome é Adna, sou da Casa Azul, educadora. Ontem eu estava no mercado e tinha uma família bem jovem. Uma adolescente mãe de três filhos e um rapazinho, acho que ele tinha por volta de 18 ou 20 anos. Ele pegou algumas coisas do mercado, colocou uns três itens no carrinho e falou assim: "Moço, você pode me ajudar?". E o povo: "Não, não posso!". Eu observei tantas pessoas naquele mercado com carrinho lotado e uma única pessoa pedindo ajuda. Quando ele falou: "Tem que roubar, mesmo. Porque eu tenho a minha família, eu preciso dar alimento para eles". Eu observei, ninguém estava dando assistência a ele. Ele chegou e falou assim: "Você pode me ajudar?". Eu falei: "Posso". Gente, eu não tenho dinheiro, eu sou assalariada, CLT. O ser humano precisa se preocupar com o outro. Jesus falou assim: "Ama ao teu próximo como a ti mesmo". A questão do ser humano está difícil. Ninguém está se preocupando.

O governo se preocupa de uma maneira, mas precisa complementar essa preocupação. Muitas pessoas passaram por aqui falando um monte de coisa que é verdade, outras coisas precisam melhorar. A minha pergunta é: tem um valor por pessoa para comprovar que ela mereça uma cesta básica repassada pelo Cras? Uma colega minha foi ao Cras e disse: "Eu ganho 500 reais, eu preciso de uma cesta básica. Eu pago aluguel, água, luz e eu preciso. Quando eu adoço eu preciso comprar remédio". E o resto do dinheiro, que ela não tem? Ela vai para o Cras, ela vai para o serviço social pedir apoio. Quem vai dar, se tem um tempo para a pessoa provar que precisa realmente daquele dinheiro? Essa é a pergunta. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Obrigado, Adna, que está representando aqui a Casa Azul.

O Sr. Valdemar Martins quer fazer um breve complemento da fala dele. Concedo a palavra ao Sr. Valdemar Martins.

SR. VALDEMAR MARTINS – Deputado, eu acho que esse assunto interessa muito mais ao Legislativo.

Na eleição, a gente elege o Governador para gerir o Distrito Federal. Quando a gente recorre aos órgãos de governo, a gente vê que não é bem assim. Por exemplo, se eu pedir uma emenda parlamentar para o senhor, o senhor vai me conceder a emenda, mas eu não consigo liberar essa emenda no Executivo. O que acontece? É o procurador. Então, eu elejo o governador e sou governado por um procurador que atrapalha toda a liberação das emendas? Eu sou do CEPAS – Conselho de Entidades de Promoção e Assistência Social também. Nós estamos com um recurso na Procuradoria para liberar quatro emendas de entidades, mas não liberam.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – O senhor fala do desbloqueio ou é uma situação que desbloqueou, só que a Procuradoria deu o parecer contrário à execução da emenda? É a segunda situação?

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	37

SR. VALDEMAR MARTINS – É a segunda situação. Ou seja, o senhor está liberando dinheiro que não pode gastar. É a minha interpretação porque eu estou defendendo a minha emenda. É uma interpretação equivocada da Lei nº 1.319. O procurador está dizendo: "Você pode fazer serviço de atividades contínuas e projetos". Aí você apresenta uma proposta para construir uma sala de aula, por exemplo. Ele diz que não pode porque não é atividade nem projeto. Então, eu pergunto: o que eu sou? Eu não sou nada. Eu não sou projeto nem atividade.

Então, na SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social, tecnicamente está aprovada, mas juridicamente estou amarrado porque eu estou dizendo para o procurador o seguinte: Doutor, na verdade eu não tenho a atividade de construção, mas é um projeto para eu construir uma sala. Quando eu terminar de construir a sala, a parceria que nós estabelecemos com o Estado se estabelece porque eu vou entregar um produto, objeto de um projeto, para o governo. Então, não está resolvendo a Câmara Legislativa aprovar emenda, porque lá no Executivo a gente não consegue liberar, com esse entendimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Obrigado. Sr. Valdemar, eu acho que esse retorno vai ser contemplado pela Secretaria.

Registro mais duas participações que foram enviadas pela internet. Já foi tratado, mas é importante frisar, a previsão dos pagamentos dos auxílios eventuais, que a Subsecretária já trouxe.

Tenho uma pergunta do Ricardo Nascimento e também da Lorena Kelly sobre os servidores e a questão da nomeação dos concursados. Também já foi tratado aqui.

Devolvo a palavra ao Sr. Secretário Luís Ricardo Guterres para fazer as suas considerações finais e responder as últimas perguntas apresentadas pelos nossos participantes.

SR. LUÍS RICARDO GUTERRES – Várias perguntas não foram respondidas. Eu vou tentar responder todas agora. Se ficar alguma pergunta sem resposta, vocês podem falar novamente.

Em relação à D. Daise, quero lhe dizer que a senhora está certíssima. Eu concordo com a senhora e nós vamos rever essa questão dos reajustes. Eu me comprometo com as organizações. É inviável e é até uma situação vexatória a gente pagar 10 reais por uma criança. Então, a senhora vai ter o meu apoio e a minha luta no combate para poder reajustar dentro da lei. Outra coisa foi a questão pontual do nosso amigo Valdemar com relação à criação de um centro para crianças drogadas. Foi isso o que o senhor colocou?

(Intervenção fora do microfone.)

SR. LUÍS RICARDO GUTERRES – Certo. Está bem.

Concluo dizendo que esta audiência foi fundamental e muito positiva porque a gente percebe claramente que aqui existe um ponto comum, um consenso.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	38

Somos três entidades ou representações diferentes: o Executivo, o Legislativo e a sociedade civil organizada. Eu reconheço que nós precisamos realmente avançar bastante. Temos muitas dificuldades, mas quando temos vontade e pessoas como o Deputado, que muito respeitosa e competentemente conduziu os trabalhos aqui, só tendemos a avançar.

Esse não é um problema de hoje, vocês bem sabem disso. Estamos tentando consertar erros de alguns anos atrás. Uma das coisas que me surpreendeu quando cheguei aqui foi isto: existia a cultura de se fazer as coisas a qualquer momento, de qualquer jeito, sem respeitar regras ou leis. Nós precisamos corrigir rápido, dar respostas à sociedade e aos usuários, mas dentro da lei, para organizar, porque, se não for assim, nunca vamos organizar.

Então, coloco à disposição a Secretaria de Desenvolvimento Social. Temos muitas dificuldades, mas vamos superá-las com a ajuda de todos: Poder Legislativo, organizações da sociedade civil e Governador Ibaneis Rocha. Vamos resolver, sim.

E eu, como Secretário de Desenvolvimento Social, vou estar com as portas abertas, como sempre estou.

Quero falar para o Presidente aqui que ontem estive no Cras de Samambaia. Eu não sou homem de ficar dentro de gabinete. Eu já visitei quase todos os restaurantes comunitários. Toda semana, eu vou a um. Já fui a vários centros de convivência e entidades. Enfim, é isso aí, o desafio é nosso.

Parabenizo, mais uma vez, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, na pessoa do Deputado Leandro Grass, por esta iniciativa.

Coloco-me sempre à disposição para avançarmos na área social.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Secretário, eu gostaria de abordar só mais uma questão. Refiro-me à nomeação dos gerentes, tanto na fala da Deputada Telma Rufino e do Coracy também, nas gerências que estão em aberto ainda.

SR. RICARDO GUTERRES – Eu mandei um ato de nomeação recentemente, acho que foi contemplado isso. Está tramitando na Casa Civil, acredito que na próxima semana vão sair todas as nomeações.

(Intervenção fora do microfone.)

SRA. DANIELLA JINKINGS – Vou responder apenas a duas questões técnicas sobre o encaminhamento para habilitação, reabilitação e Centro-Dia.

Todos os encaminhamentos passam pela equipe técnica das nossas unidades e também por uma avaliação da OSC. A questão é que esse serviço é sempre feito pela ótica da assistência social. Quando ele é saúde, já não podemos atuar. Infelizmente, a saúde tem um limite. Vamos sempre pela ótica da assistência, pagamos

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	39

pelo serviço de assistência social. Muitas vezes, o caso é de saúde. Aí, já não podemos contemplar essa avaliação.

Em relação às cestas, elas têm, sim, um recorte de meio salário mínimo para serem concedidas. Como elas são Cestas Emergenciais, só podem ser seis cestas por ano.

É isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Mais uma vez, agradeço à Secretaria, na pessoa do Secretário e das Subsecretárias que se fizeram presentes. Agradeço à toda equipe técnica e ao Subsecretário da parte orçamentária.

Quero agradecer principalmente pela mobilização da sociedade civil, à Inês, à Daise e a todos os conselhos e entidades que se organizaram para estar aqui. Sabemos que, quando vocês estão aqui, deixam de estar lá e de fazer o trabalho, mas vocês entendem que a luta também é importante, que a atuação política e a participação social são fundamentais para a qualificação das políticas públicas e para o suporte do trabalho de vocês. Queremos aqui agradecer e reconhecer o que vocês fazem, de fato.

Foi muito bem colocado aqui que vocês são a mão amiga do Estado, os parceiros. Vocês não podem ser entendidos apenas como prestadores e prestadoras de serviços. Vocês são um instrumento de política pública. Vocês são a efetivação dos direitos, principalmente para as crianças e para os adolescentes.

O governo é reconhecido justamente pela forma como trata os vulneráveis. Ao final de um trabalho, podemos julgar um governo pela maneira como ele lidou com os pobres, com os desassistidos, com desamparados. Esse vai ser o veredito e ele vai se construindo no processo. Então a gente está aqui reivindicando, apontando. É preciso que se tenham respostas, e aí foram feitos vários compromissos aqui do ponto de vista, inclusive, temporal. Datas, prazos, isso é muito importante.

Como foi colocado, a fiscalização tem esse propósito de qualificar, não apenas de apontar erros. E é o que a gente vai fazer aqui. Sobre encaminhamentos concretos, sobre a questão do orçamento, nós vamos fazer aqui uma avaliação criteriosa do PPA e também da PLOA, para que a gente possa fazer as emendas, como Deputado Fábio sinalizou, de forma a garantir o serviço. Então a gente não vai aprovar, eu, pelo menos, não vou votar a favor dessa PLOA, se não tiver contemplada a assistência social. (Palmas.)

A gente vai obstruir essa votação aqui e vai forçar até admitirem as nossas emendas que garantam serviços funcionando. Disso vocês podem ter certeza. Eu falo em meu nome, mas falo também em nome dos Deputados que têm essa visão de que a assistência não é um favor do Estado; ela é um direito. Ela deve ser uma política de Estado e não uma política de governos que se alteram, que vão se sucedendo e a gente tem descontinuidades. (Palmas.)

Outro ponto também é que a gente aqui já quer, de antemão, convidar o Secretário para estar conosco novamente no início de 2020 para que a gente possa

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	40

avaliar os encaminhamentos, para que a gente possa andar ainda mais. E, mais uma vez, aqui registro o agradecimento a vocês.

Eu me esqueci sobre o fundo que a conselheira trouxe. A mesma coisa em relação ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, e agora o argumento do governo em relação ao Fundo de Apoio à Pesquisa. Se não se executa o fundo, não é porque o fundo é grande, é porque não se tem política pública, não se tem instrumento para executar o fundo. Então, quando você... Como eles querem agora reduzir o fundo da pesquisa, "ah o fundo é demais! O fundo é excessivo!". Não, o que é excessivo às vezes é a incompetência para executar o fundo.

Então, a gente tem que corrigir justamente os instrumentos de gestão. Então, se não tem, vamos criar, vamos pensar, vamos trabalhar para isso e garantir a execução do fundo. Isso é muito importante porque senão daqui a pouco a gente começa a desvincular todos os fundos, e aí o orçamento fica a bel-prazer das forças políticas, da visão meramente ideológica ou partidária que está no governo. Os fundos são para garantir políticas de Estado. Então a gente vai batalhar aí para que o fundo da assistência tenha os instrumentos necessários para ser se não 100%, mas o máximo possível executado.

SRA. DANIELLA JINKINGS – Desculpe-me por interromper sua fala, só lembrando que o Conselho de Assistência Social aprovou um orçamento para 2020 de 167 milhões, conforme apresentado pela Secretaria.

Então nós precisamos desse orçamento no Fundo de Assistência Social para que possa ser executada essa política em 2020, e, principalmente, que possam ser garantidos os recursos das organizações, os benefícios eventuais que são aí necessários para a população.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Perfeito. Daise, obrigado pela presença também. Secretário, Subsecretárias... A senhora quer fazer uma consideração?

SRA. DAISE LOURENÇO MOISÉS – Só queria dizer que nós estamos aqui para somar.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Com certeza.

SRA. DAISE LOURENÇO MOISÉS – Não estamos aqui para dividir, nós estamos aqui para somar, e a Organização da Sociedade Civil está pronta para qualquer ação que for necessária para que a gente possa realmente lutar por um orçamento mais digno, para que a gente... Não só a sociedade civil, vou falar aqui nas palavras da Patrícia, onde nós estamos adoecendo. Nós estamos adoecendo pelo *stress* que passamos, pela incapacidade, porque a gente às vezes quer fazer e não consegue, e imagino que os técnicos das Secretarias também passam pela mesma situação, o Secretário também. (Risos.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	41

Todos nós podemos diminuir essa carga. Desde que realmente tenhamos um orçamento digno, sem contar a população que está lá na ponta, que também está sofrendo por pessoas – ouviu, Deputado? –, o que o senhor lembrou seriamente. As pessoas, os técnicos que trabalham com orçamento, não sabem a dimensão do trabalho.

Eu vou só encerrar dizendo o seguinte: as pessoas ainda não sabem que existe uma política de assistência social. Acham que tudo está dentro da educação, da saúde. Eu não vi um dirigente candidato a governador, candidato à presidente me falar que vai investir na política de assistência social. Mas, quando as outras políticas falham, cai tudo na assistência social. Quando a educação não faz o papel dela de educação integral, o menino vai para a rua. Se ele vai para a rua, ele é marginalizado, ele é excluído, ele faz trabalho infantil, ele é violentado e aonde ele vai parar? Na assistência social. Quando a saúde não cuida dos problemas psíquicos de uma criança – e eu gostaria muito que o Deputado Fábio Felix estivesse aqui –, teremos marginais no futuro. Os feminicídios que estamos tendo hoje nada mais são do que a criança que viu dentro da sua casa a violência doméstica e não foi tratada à época que tinha que ser tratada. Nós temos na segurança os problemas que surgem quando a segurança não trata o egresso que sai da unidade de internamento: eles vão parar na Assejus.

Então, nós temos que começar a pensar no preventivo, senão nunca vamos sair da situação que temos hoje. O menino, como falamos, no contraturno, custa 10 reais para o governo, mas se ele se tornar um marginal na Papuda, ele vai custar 4 mil reais por dia. Vamos investir em quê? Nos 10 reais ou nos 4 mil reais? Não tem orçamento, mas quando chega nos 4 mil reais, quando vai internado, vai ter que arranjar orçamento, porque é obrigação dele.

É isto que eu quero colocar: nós temos que começar a mudar essa visão.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Excelente.

Muito obrigado, Dra. Daise. Parabéns pelo trabalho de todos os envolvidos e de todas as entidades.

Secretário, está clara a parceria com eles e elas.

Com a palavra a Sra. Inês.

SRA. INÊS – O CEAL – Centro Educacional de Audição e Linguagem é uma instituição que atende 450 crianças surdas e com deficiência intelectual.

O Artur estava aqui o tempo todo assistindo a audiência com a mãe, que representou tantas outras que estiveram aqui. Ele disse agora no final que queria falar. Em nome dele, eu agradeço e peço muito a vocês que pensem na questão dos serviços especializados de atenção à pessoa com deficiência, entendendo que esse serviço é realmente o de habilitar e reabilitar criança não como centro-dia, em que se troca a fralda ou se dá comida. Também tem pessoas com deficiência, com necessidades.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 11 2019	10h19min	CFGTC	42

Eu gostaria muito que todas as instituições que fazem esse trabalho que nós fazemos com a pessoa com deficiência, que recolocam essa pessoa na sociedade integrada, fossem olhadas com esse olhar da assistência. Ele queria dizer o nome.

ARTUR – Artur.

SRA. INÊS – Você faz o que lá no Ceal?

ARTUR – Faço tarefa.

SRA. INÊS – Muito bem. O Artur tem surdez profunda e fala. Essa é a nossa proposta. (Palmas.) Lá tem quatrocentos que falam assim.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEANDRO GRASS) – Artur, eu vou votar em você em 2030.

Obrigado, Artur. Seja bem-vindo. Que bom que você veio. A gente está bem feliz. Sua mãe também.

Agradeço às autoridades e aos demais convidados que honraram a Câmara Legislativa do Distrito Federal com suas presenças.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.

Obrigado. (Palmas.)

(Levanta-se a reunião às 12h44min.)

<https://youtu.be/Ha4u3NM7BbM>